

RECUPERAR
PORTUGAL

Relatório Semestral PRR

1º Semestre de 2022



Índice

Parte 1 – Nota Introdutória	3
Parte 2 – Execução do PRR	4
2.1 Marcos e Metas (1º Pedido de Pagamento).....	5
Parte 3 – Implementação Financeira do PRR	7
3.1 Avisos de Candidaturas e Procedimentos de Contratação Pública.....	8
3.2 Contratualização, Aprovações e Pagamentos	10
3.2.1 por Dimensão Estruturante	10
3.2.2 por Componente	11
3.3 Implementação do PRR no Território.....	13
3.3.1 por NUTS II	13
3.3.2 por NUTS III	13
3.3.3 por Distrito.....	14
3.4 Implementação Financeira por tipo de Beneficiário.....	15
Parte 4 – Fluxos de Tesouraria do PRR.....	17
Parte 5 – Indicadores Comuns	18
Parte 6 – Antevisão do 2º Semestre de 2022	19
Anexo 1: Implementação Financeira.....	20
1. Implementação Financeira por Dimensão Estruturante a Beneficiários Diretos e Finais 20	
2. Implementação Financeira por Investimento	20
3. Implementação Financeira por Concelho.....	24
Anexo 2: Relatório de Monitorização Semanal do PRR, 30 de junho de 2022	30
Anexo 3: Evolução da Implementação Financeira e Principais Concretizações por Componente.....	32
Anexo 4: Diplomas Legais associados ao cumprimento de Marcos e Metas de Reformas incluídos no 1º Pedido de Pagamento.....	66
Índices de Tabelas, Gráficos e Figuras	67

Parte 1 – Nota Introdutória

Em cumprimento da alínea e), do art. 6º do Decreto-Lei n.º 29-B/2021, a Estrutura de Missão Recuperar Portugal elaborou o presente relatório semestral de monitorização.

O primeiro semestre de 2022 foi o primeiro semestre completo desde que foi recebido o pré-financiamento do Plano de Recuperação e Resiliência (PRR), em agosto de 2021. A expressiva aceleração da execução dos marcos e metas e da implementação financeira são notórias e, no presente relatório semestral mostra-se a evolução entre janeiro e junho de 2022 dos principais indicadores de execução e de implementação financeira do PRR.

Durante este semestre, foram alcançados passos muito relevantes na execução do PRR, incluindo a assinatura do Acordo Operacional a 18 de janeiro e a submissão do 1º Pedido de Pagamento, após cumprimento dos respetivos 38 marcos e metas, que decorreu a 25 de janeiro. O 1º Pedido de Pagamento foi formalmente aprovado pela União Europeia no dia 2 de maio.

No início do semestre, concluiu-se a contratação da dotação com Beneficiários Diretos e Intermediários. É nestes contratos que é definida a dotação financeira e os objetivos – marcos e metas – que estas entidades terão de assegurar, segundo o calendário acordado entre Portugal e a União Europeia. Os Beneficiários Diretos são as entidades responsáveis por executar investimentos, ao passo que os Beneficiários Intermediários têm responsabilidade de selecionar os Beneficiários Finais, através do lançamento de Avisos de Abertura de Concurso.

No final do semestre, já se encontravam aprovados projetos que representavam um terço da dotação do PRR, um passo importante no caminho da implementação financeira dos investimentos previstos.

Para além dos projetos de cariz nacional, o PRR incorpora uma grande dispersão territorial, traduzida nos projetos aprovados. Assim, a 30 de junho de 2022, os projetos aprovados cobriam já para todos os concelhos do país, como poderá ver-se no Anexo 1: Implementação Financeira.

O segundo semestre de 2022 será ainda mais desafiante. Para além da concretização da submissão do 2º Pedido de Pagamento, será também necessário reunir as evidências relativas aos marcos e metas do 3º Pedido de Pagamento, em simultâneo com a necessidade de medir e colmatar os impactos na implementação financeira do PRR do aumento generalizado de preços e das disrupções em algumas cadeias de abastecimento.

Parte 2 – Execução do PRR

O PRR é um mecanismo baseado nos resultados alcançados e a sua execução é medida pela Comissão Europeia com base em indicadores de performance, traduzidos em Marcos e Metas contratualizados com a União Europeia, que constam da Decisão de Execução do Conselho Europeu¹.

A 25 de janeiro de 2022, a Estrutura de Missão Recuperar Portugal, em representação do Estado Português, apresentou à Comissão Europeia o primeiro 1º Pedido de Pagamento, apresentando as evidências documentais legalmente exigidas, nos termos do Acordo Operacional², para demonstrar o cumprimento dos 38 Marcos e Metas previsto para este período de implementação do PRR.

Os 38 marcos e metas, de entre o total dos 341 marcos e metas estabelecidos na Decisão de Execução do Conselho Europeu, representam uma execução de 11% dos marcos e metas do PRR. Correspondem também à comprovação de 1.336 milhões de euros, 8% dos fundos atribuídos a Portugal no âmbito do PRR.



**Marcos e
Metas**

1º Pedido (38/341) = 11% de execução



¹ [Decisão de Execução do Conselho Europeu](#) – aprova o PRR português e define os [marcos e metas relevantes](#) para comprovar a sua execução junto da Comissão Europeia.

² [Acordo Operacional](#) – documento contratual no qual o Estado Português e Comissão Europeia estabeleceram os mecanismos de verificação para a comprovação dos marcos e metas.

Para além dos marcos e metas, há importantes concretizações que foram também realizadas até ao final do 1.º semestre e que se resumem no Anexo 3: Evolução da Implementação Financeira e Principais Concretizações por Componente .

2.1 Marcos e Metas (1º Pedido de Pagamento)

Os marcos e metas do 1º Pedido de Pagamento são detalhados nas figuras seguintes, quer em termos de repartição entre Reformas e Investimentos, quer em termos de distribuição por Componentes do PRR.

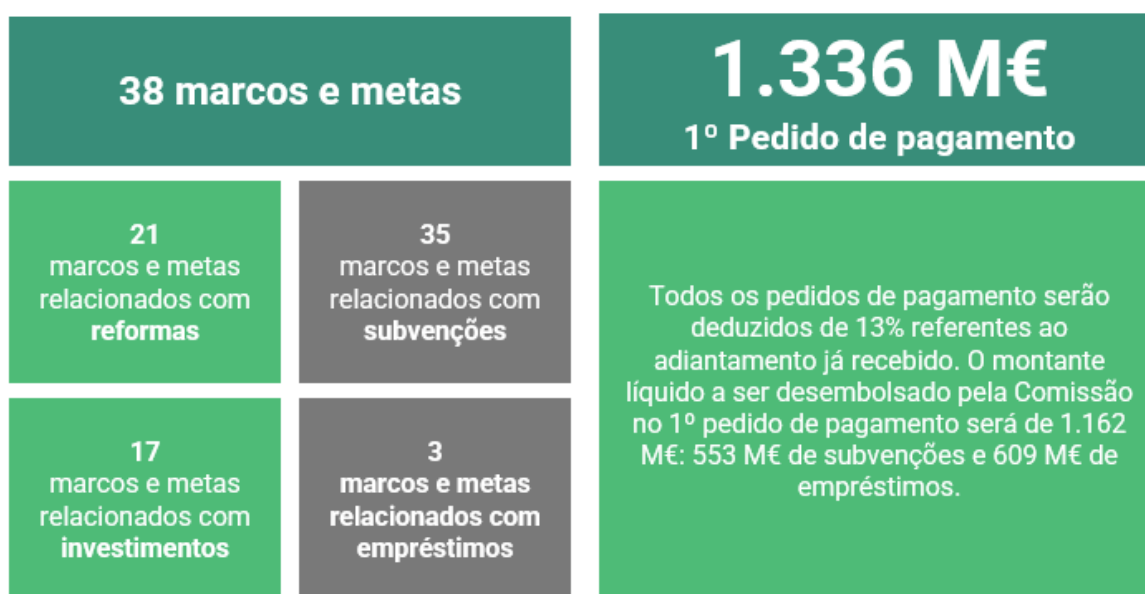


Figura 1 - Principais informações relativas ao 1º Pedido de Pagamento do PRR

Resumo Temporal do 1º Pagamento

- 25 de janeiro de 2022 – Formalização do pedido:
 - [Notícia CE – NextGenerationEU: la Commission reçoit du Portugal une demande de paiement de 1,162 milliard d’euros au titre de la Facilité pour la reprise et la résilience](#)
 - [Resumo 1.º Pedido de Pagamento](#)
- 25 de março de 2022 – Avaliação prévia positiva da Comissão Europeia:
 - [Notícia CE – NextGenerationEU: European Commission endorses positive preliminary assessment of Portugal’s request for €1.16 billion disbursement under the Recovery and Resilience Facility](#)
 - [Avaliação positiva da CE do 1.º pedido de pagamento](#)
 - [Notícia CE – Questions and Answers on Portugal’s disbursement request under NextGenerationEU](#)
- 5 de maio de 2022 – [Decisão de Execução da CE](#), sobre o primeiro desembolso de fundos do PRR
- 9 de maio de 2022 – Transferência do desembolso de fundos PRR – [Notícia CE](#)

Repartição de Marcos e Metas:

Reformas³

- Reforma da Saúde Mental (1.4)
- Plano Nacional de Alojamento Urgente e Temporário (2.19)
- Estratégia Nacional de Combate à Pobreza (3.20)
- Estratégia Nacional para Inclusão das Pessoas com Deficiência 2021-2025 (3.21)
- Reforma de Provisão de Equipamentos e Respostas Sociais (3.22)
- Planos de Ação das Comunidades Desfavorecidas das Áreas Metropolitanas de Lisboa e do Porto (3.23)
- Estratégia de inovação tecnológica e empresarial Portugal 2030 (5.1)
- Alargamento da Rede de Laboratórios Colaborativos Reconhecidos (5.2)
- Novo Regime Jurídico dos Centros de Tecnologia e Inovação (5.3)
- Agenda de investigação e inovação para a sustentabilidade da agricultura, alimentação e agroindústria (5.4)
- Regulamento que estabelece a atividade e estatutos do Banco Português de Fomento (5.23)
- Concursos especiais de admissão ao Ensino Superior (6.13)
- Novo Quadro Legal para Cooperação entre Instituições de Ensino Superior e a Administração Pública e Empresas (6.14)
- Arrendamento Forçado de Prédios Rústicos em Áreas Florestais (8.17)
- Sistema de Gestão de Informação de Incêndios Florestais (SGIFR) (8.19)
- Reforço da Capacidade de Financiamento à Economia do Mar e Inovação através do Fundo Azul (10.1)
- Regime Geral de Gestão de Resíduos (12.5)
- Regulamentos da Rede Nacional de Transporte e de Distribuição de Gás (14.1)
- Novo Modelo de Contrato de Gestão com Sistema de Incentivos e Penalizações à Gestão das Empresas Públicas (17.6)
- Quadro jurídico para a Transformação Digital da Administração Pública (19.22)
- Criação do Instituto Nacional de Administração, I.P. (19.24)

Investimentos

- Sistema de classificação, do perfil funcional e do sistema de referência dos utentes para o modelo regional de cuidados continuados integrados da Madeira (1.29)
- 24 novas construções e 40 renovações no Parque Habitacional Social dos Açores (2.13, 2.14)
- Concurso para plataforma de informação digital para pessoas com deficiência (3.17)
- Avisos para Projetos de Investigação e Inovação direcionados para a Adaptação e Mitigação das Alterações Climáticas (5.11)
- Criação e definição de Política de Investimento do Instrumento de Recapitalização das Empresas dos Açores (5.15, 5.16)
- Criação do Fundo de Capitalização e definição de Política de Investimento do Banco Português de Fomento (5.27, 5.28)
- Áreas de Acolhimento Empresarial para melhorar sustentabilidade ambiental e digitalização (7.4)
- Contratos para 3 projetos rodoviários (1 no Continente e 2 nos Açores) (7.6, 7.13)
- Concurso para Projetos de Descarbonização Industrial (11.1)

³ Os principais diplomas legais associados a estas reformas pode ser consultados no Anexo 4.

- Protocolo 2021 do Programa “Resineiros Vigilantes” (12.1)
- Concurso para Projetos de Produção de Gases Renováveis (14.2)
- Seleção de 16 Digital Innovation Hubs (DIH) (16.13)
- Contratos para a aquisição de 600.000 computadores individuais para alunos e professores (20.2)

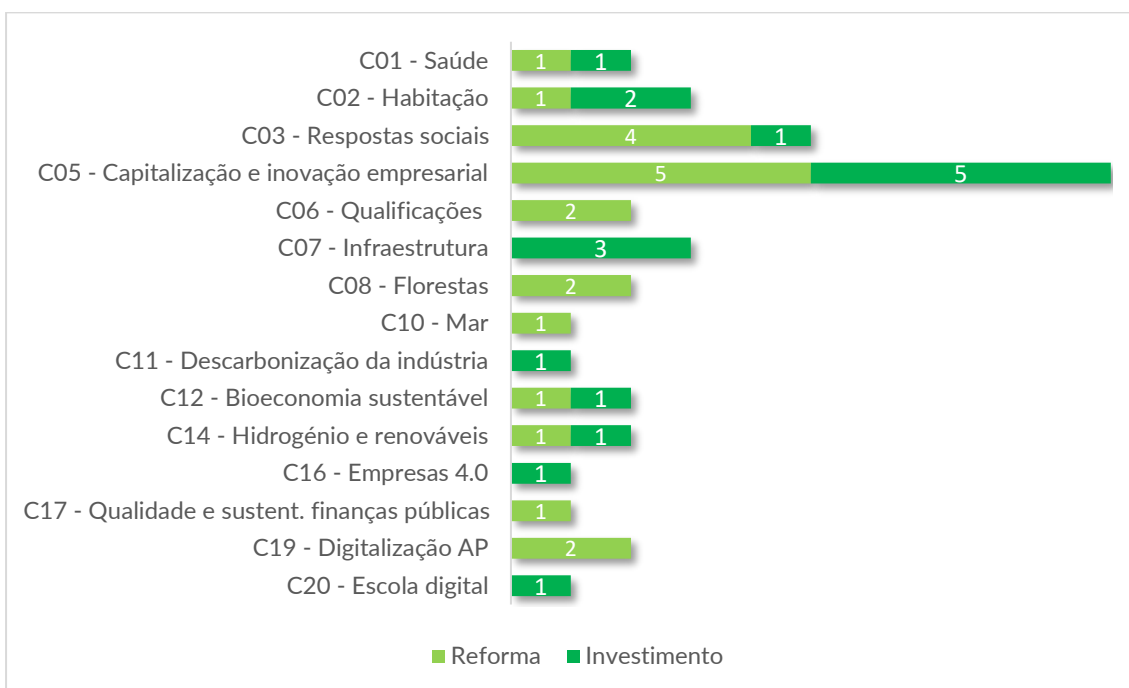


Figura 2 - Distribuição por Componente dos Marcos e Metas do 1º Pedido de Pagamento

Parte 3 – Implementação Financeira do PRR

3.1 Avisos de Candidaturas e Procedimentos de Contratação Pública

Durante o 1º semestre de 2022, foram lançados Avisos de Abertura de Candidaturas no total de 5.658 M€ (34% da dotação do PRR) e Procedimentos de Contratação Pública no total de 342 M€ (2% da dotação do PRR). Desta forma, a 30 de junho, os Avisos de Abertura de Candidaturas lançados totalizavam 9.169 M€ (55% da dotação do PRR) e os Procedimentos de Contratação Pública 676 M€ (4% da dotação do PRR).

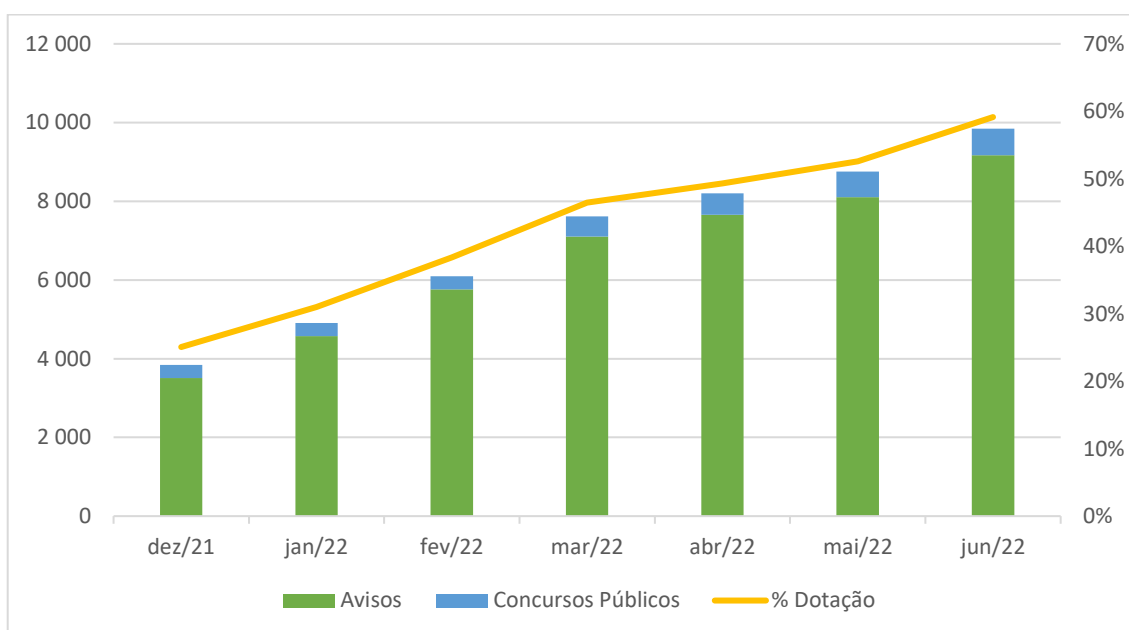


Gráfico 1 - Dotação acumulada de Avisos de Abertura de Candidaturas e Procedimentos de Contratação Pública no 1º semestre de 2022. Valores em milhões de euros.

A Tabela 1 apresenta o valor da dotação lançada em Avisos de Abertura de Candidaturas e Procedimentos de Contratação Pública por dimensão estruturante. De notar que a dimensão com mais dotação, a Resiliência, a 30 de junho tinha já mais de 70% daquele valor lançado.

Tabela 1 - Dotação lançada em Avisos de Abertura de Candidaturas e Procedimentos de Contratação Pública por Dimensão, a 30 de junho de 2022. Valores em milhões de euros.

Dimensão	Dotação	Avisos	Anúncios	Fundos Lançados (% Dotação)
Resiliência	7.206	4.954	174	5.128 71%
Transição Climática	4.064	1.501	220	1.721 42%
Transição Digital	5.374	2.713	282	2.995 56%
Total	16.644	9.169	676	9.844 59%

A Tabela 2 explicita o valor da dotação lançada em Avisos de Abertura de Candidaturas e Procedimentos de Contratação Pública em cada uma das Componentes do PRR, sendo possível verificar que mais de metade da dotação do PRR, 59%, já foi lançada.

Destaca-se, pela sua relevância, o apoio à habitação e às empresas, quer em termos de dotação total, quer em termos de montante de avisos já lançados, a atingirem os 76% e 61% da dotação, respetivamente.

Tabela 2 - Dotação lançada em Avisos de Candidaturas e Procedimentos de Contratação Pública por Componente, a 30 de junho de 2022. Valores em milhões de euros.

Componente	Dotação	Avisos	Anúncios	Fundos Lançados (% Dotação)	
C01 - Serviço Nacional de Saúde	1.383	449	42	491	36%
C02 - Habitação	2.733	2.066	0	2.066	76%
C03 - Respostas Sociais	833	897	2	899	108%
C04 - Cultura	243	223	0	223	92%
C05 - Capitalização e Inovação Empresarial	2.914	1.789	1	1.790	61%
C06 - Qualificações e Competências	1.324	1.026	22	1.048	79%
C07 - Infraestruturas	690	293	107	400	58%
C08 - Florestas	615	64	131	195	32%
C09 - Gestão Hídrica	390	97	0	97	25%
C10 - Mar	252	100	0	100	40%
C11 - Descarbonização da Indústria	715	715	0	715	100%
C12 - Bioeconomia Sustentável	145	135	19	154	106%
C13 - Eficiência Energética em Edifícios	610	212	0	212	35%
C14 - Hidrogénio e Renováveis	370	131	4	135	36%
C15 - Mobilidade Sustentável	967	48	66	114	12%
C16 - Empresas 4.0	650	447	0	447	69%
C17 - Qualidade e Sustentabilidade Finanças Públicas	406	2	41	43	11%
C18 - Justiça Económica e Amb. Negócios	267	0	11	11	4%
C19 - Administração Pública Mais Eficiente	578	189	12	201	35%
C20 - Escola Digital	559	287	218	505	90%
Total	16.644	9.169	676	9.845	59%

3.2 Contratualização, Aprovações e Pagamentos

No primeiro semestre de 2022, as principais variações aos valores de implementação financeira foram as seguintes:

- Concluído o processo de contratualização (100% da dotação financeira do PRR) entre a Estrutura de Missão Recuperar Portugal e as 68 entidades públicas (Beneficiários Intermediários e Beneficiários Diretos) responsáveis pela implementação dos Investimentos;
- Montante de projetos de Beneficiários Diretos e Finais aprovados aumentou 55% face a dezembro de 2021, totalizando a 30 de junho 5,4 mil milhões, 33% da dotação do PRR;
- Montantes pagos a Beneficiários Diretos e Finais aumentou 102% face a dezembro de 2021, totalizando a 30 de junho 728 milhões de euros, 4% da dotação do PRR.

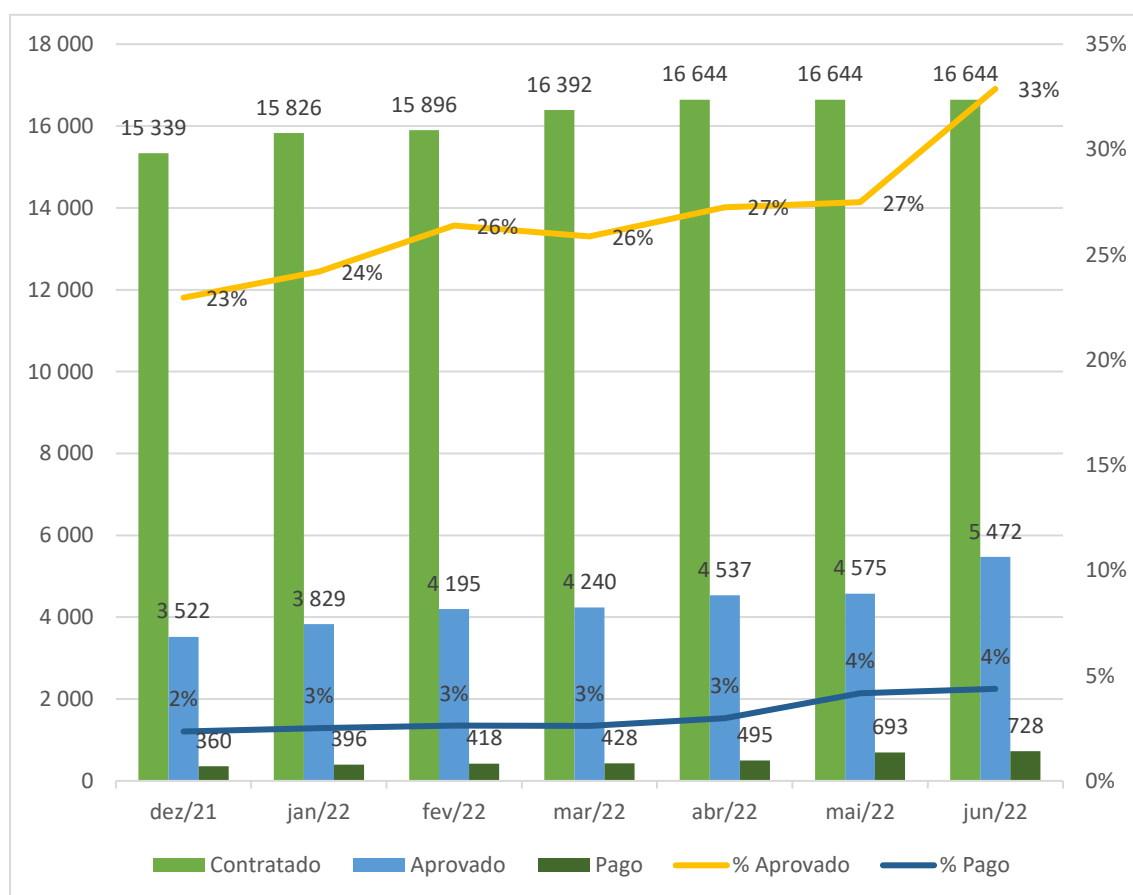


Gráfico 2 - Implementação Financeira do PRR no 1º semestre de 2022. Valores em milhões de euros.

3.2.1 por Dimensão Estruturante

As três dimensões estruturantes do PRR, Resiliência, Transição Climática e Transição Digital, encontravam-se com os seguintes níveis de implementação financeira a 30 de junho de 2022:

- 24% dos investimentos da dimensão Resiliência encontravam-se aprovados (2,6 mil milhões de euros), com 2% do total da dotação pago a Beneficiários Diretos ou Finais (217 milhões de euros);

- 43% dos investimentos da dimensão Transição Climática encontravam-se aprovados (1,3 mil milhões de euros), com 6% do total da dotação pago a Beneficiários Diretos ou Finais (185 milhões de euros);
- 62% dos investimentos da dimensão Resiliência encontravam-se aprovados (1,5 mil milhões de euros), com 13% do total da dotação pago a Beneficiários Diretos ou Finais (327 milhões de euros).

No Anexo 1: Implementação Financeira é possível ver o detalhe das Aprovações e Pagamentos, repartido entre Beneficiários Diretos e Finais.

Tabela 3 - Implementação Financeira por Dimensão Estruturante, a 30 de junho de 2022. Valores em milhões de euros.

Dimensão Estruturante	Dotação	Aprovado (% Dotação)		Pago (% Dotação)	
Resiliência	11.125	2.630	24%	217	2%
Transição Climática	3.059	1.322	43%	185	6%
Transição Digital	2.460	1.520	62%	327	13%
Total	16.644	5.472	33%	728	4%

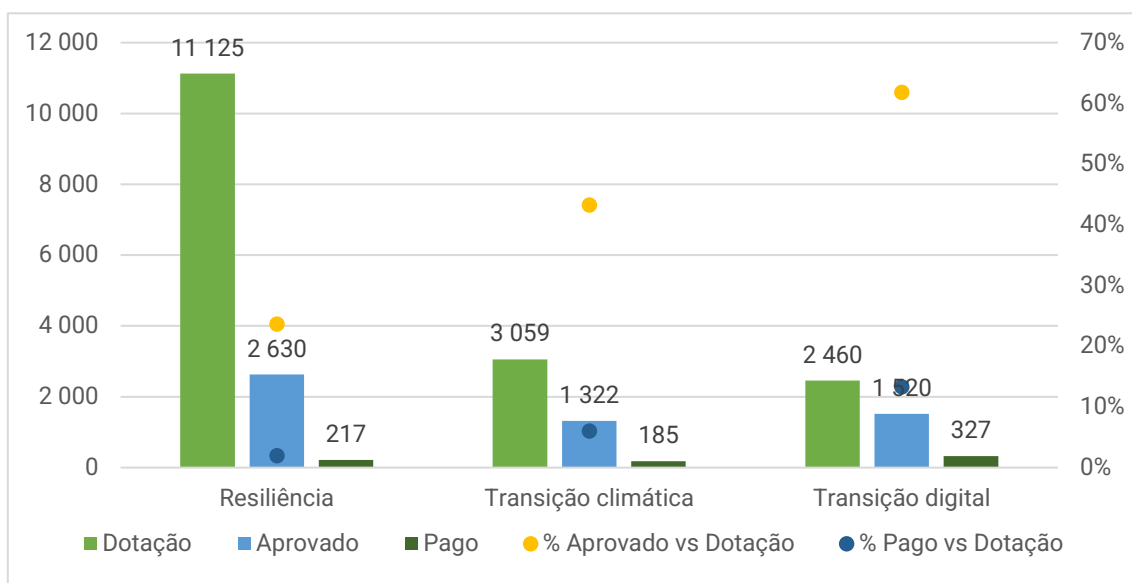


Gráfico 3 - Implementação Financeira por Dimensão Estruturante, a 30 de junho de 2022. Valores em milhões de euros.

3.2.2 por Componente

Na tabela e gráfico seguintes representam-se os montantes aprovados e pagos a Beneficiários Diretos e Finais em cada uma das 20 Componentes que compõem o PRR.

Tabela 4 - Aprovações e Pagamentos por Componente, a 30 de junho de 2022. Valores em milhões de euros.

Componente	Dotação	Aprovado (% Dotação)	Pago (% Dotação)
C01 - Serviço Nacional de Saúde	1 383	406 29%	45 3%
C02 - Habitação	2 733	69 3%	18 1%
C03 - Respostas sociais	833	245 29%	0 0%
C04 - Cultura	243	78 32%	4 2%
C05 - Capitalização e inovação empresarial	2 914	115 4%	0 0%
C06 - Qualificações e competências	1 324	534 40%	62 5%
C07 - Infraestrutura	690	580 84%	48 7%
C08 - Florestas	615	320 52%	23 4%
C09 - Gestão hídrica	390	283 73%	16 4%
C10 - Mar	252	208 83%	5 2%
C11 - Descarbonização da indústria	715	0 0%	0 0%
C12 - Bioeconomia sustentável	145	134 93%	4 3%
C13 - Eficiência energética em edifícios	610	61 10%	55 9%
C14 - Hidrogénio e renováveis	370	0 0%	0 0%
C15 - Mobilidade sustentável	967	919 95%	121 13%
C16 - Empresas 4.0	650	113 17%	2 0%
C17 - Qualidade e Sustentabilidade Finanças Públicas	406	406 100%	50 12%
C18 - Justiça Económica e Amb. Negócios	267	267 100%	35 13%
C19 - Administração Pública Mais Eficiente	578	241 42%	30 5%
C20 - Escola digital	559	494 88%	210 38%
Total	16 644	5 472 33%	728 4%

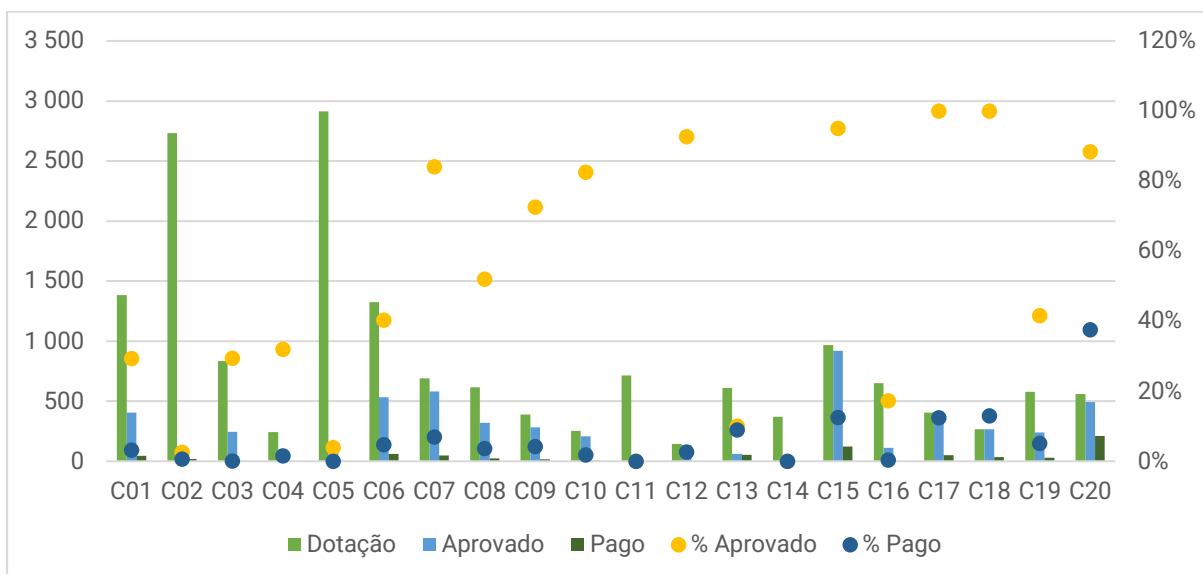


Gráfico 4 - Implementação Financeira por Componente, a 30 de junho de 2022. Valores em milhões de euros.

3.3 Implementação do PRR no Território

3.3.1 por NUTS II

A tabela seguinte apresenta os valores aprovados e pagos a Beneficiários Diretos e a Beneficiários Finais em cada uma das regiões NUTS II, e nos projetos nacionais transversais aquelas regiões, até 30 de junho.

Tabela 5 - Aprovações e Pagamentos por NUTS II, a 30 de junho de 2022. Valores em milhões de euros.

NUTS II	Aprovado (% Total)		Pago (% Total)	
Área Metropolitana de Lisboa	1.449	26%	120	16%
Algarve	203	4%	3	0%
Alentejo	222	4%	23	3%
Norte	919	17%	81	11%
Projetos Nacionais ⁴	2.450	45%	474	65%
Centro	225	4%	26	4%
Região Autónoma da Madeira	4	0%	1	0%
Região Autónoma dos Açores	0	0%	0	0%
Total	5.472	100%	728	100%

3.3.2 por NUTS III

Na tabela seguinte são detalhados os valores aprovados, e os valores pagos, a Beneficiários Diretos e a Beneficiários Finais em cada região NUTS III, e nos projetos nacionais comuns a todas, até ao final do primeiro semestre de 2022.

Tabela 6 - Aprovações e Pagamentos por NUTS III, a 30 de junho de 2022. Valores em milhares de euros.

NUT III	Aprovado	Pago
Alto Alentejo	158.197	17.528
Área Metropolitana de Lisboa	1.448.511	120.412
Algarve	203.334	3.454
Área Metropolitana do Porto	648.036	63.600
Terras de Trás-os-Montes	29.376	1.571
Projetos Nacionais ⁵	2.449.727	474.074

⁴ Projetos Nacionais: projetos não regionalizáveis, de âmbito e impacto nacionais.

⁵ Projetos Nacionais: projetos não regionalizáveis, de âmbito e impacto nacionais.

Ave	96.763	3.671
Douro	41.270	1.768
Alto Minho	44.342	2.075
Baixo Alentejo	20.471	703
Região de Coimbra	68.515	7.120
Alto Tâmega	12.901	535
Região de Aveiro	47.344	3.272
Lezíria do Tejo	25.598	2.386
Beira Baixa	7.728	655
Região de Leiria	26.201	3.638
Cávado	37.636	5.399
Beiras e Serra da Estrela	18.386	2.918
Oeste	30.755	2.431
Viseu Dão Lafões	19.632	3.300
Alentejo Central	11.619	1.761
Alentejo Litoral	5.926	616
Médio Tejo	6.453	2.278
Tâmega e Sousa	8.497	2.053
Região Autónoma da Madeira	4.150	526
Região Autónoma dos Açores	471	295
Total	5.471.840	728.038

3.3.3 por Distrito

Na tabela seguinte é possível visualizar os valores aprovados e pagos a Beneficiários Diretos e Beneficiários Finais em cada um dos distritos do território continental, nos projetos nacionais transversais a todos, e nas regiões autónomas dos Açores e da Madeira, a 30 de junho. No ponto Implementação Financeira por Concelho do Anexo 1: Implementação Financeira é possível consultar esta informação discriminada por concelho.

Tabela 7 - Aprovações e Pagamentos por distrito, a 30 de junho de 2022. Valores em milhares de euros.

Distrito	Aprovado	Pago
Portalegre	158.197	17.528
Lisboa	1.377.022	113.758
Faro	203.334	3.454
Porto	644.065	62.131
Vila Real	48.984	1.734
Bragança	31.047	1.610

Projetos Nacionais ⁶	2.449.727	474.074
Viana do Castelo	44.342	2.075
Coimbra	67.909	6.862
Braga	134.752	9.116
Beja	21.009	827
Setúbal	90.449	8.602
Castelo Branco	17.220	2.315
Leiria	43.545	4.705
Aveiro	59.030	6.681
Évora	11.619	1.761
Santarém	31.235	4.387
Guarda	9.859	1.519
Viseu	23.873	4.080
Região Autónoma da Madeira	4.150	526
Região Autónoma dos Açores	471	293
Total	5.471.840	728.038

3.4 Implementação Financeira por tipo de Beneficiário

A Tabela 8 apresenta os valores aprovados e pagos por tipo de Beneficiário, Direto ou Final, a 30 de junho.

Tabela 8 - Aprovações e Pagamentos por Beneficiário, Direto ou Final, a 30 de junho de 2022. Valores em milhões de euros.

Beneficiário Final	Aprovado (% Total)		Pago (% Total)	
	Valor	Porcentagem	Valor	Porcentagem
Famílias	61	1%	55	8%
Instituições da Economia Solidária e Social	46	1%	1	0%
Empresas	262	5%	9	1%
Instituições do Sistema Científico e Tecnológico	33	1%	0	0%
Instituições de Ensino Superior	271	5%	22	3%
Escolas	232	4%	211	29%
Autarquias e Áreas Metropolitanas	645	12%	35	5%
Entidades Públicas	2.213	40%	180	25%
Empresas Públicas	1.707	31%	217	30%
Total	5.472	100%	728	100%

⁶ Projetos Nacionais: projetos não regionalizáveis, de âmbito e impacto nacionais.

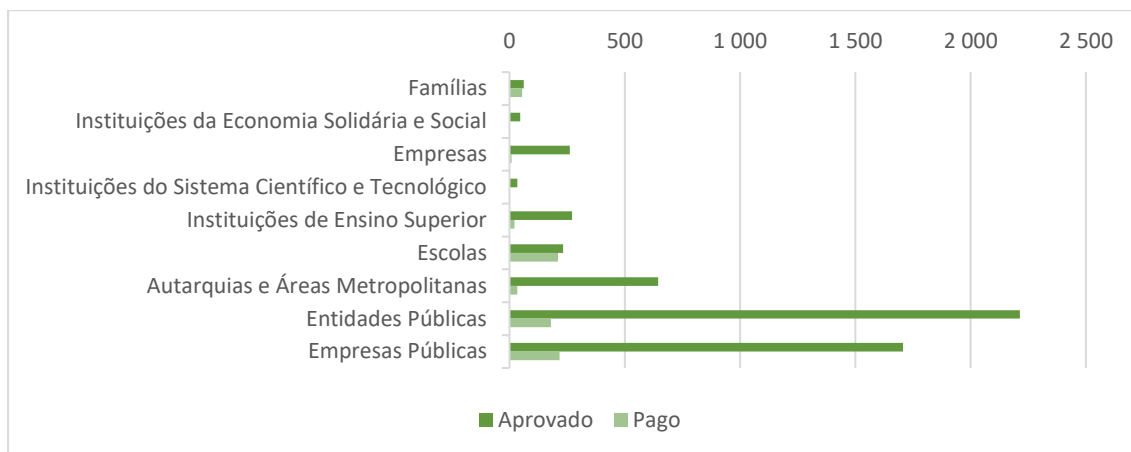


Gráfico 5 - Valores aprovados e pagos por tipo de Beneficiário, Direto ou Final, até 30 de junho de 2022. Valores em milhões de euros.

Parte 4 – Fluxos de Tesouraria do PRR

Portugal recebeu até à data duas tranches de tesouraria:

- o pré-financiamento, a 3 de agosto de 2021, no valor de 2.159 M€, correspondente a 13% da dotação de subvenções e de empréstimos do PRR português, 1.808 M€ e 351 M€, respetivamente;
- o 1º Pedido de Pagamento: submetido a 25 de janeiro de 2022, autorizado no dia 2 de maio de 2022, no valor de 1.336 M€, 636 M€ de subvenções, e 700 M€ de empréstimos, que deduzidos do correspondente valor do pré-financiamento de 13%, se traduziu no recebimento líquido de 1.162 M€, 553 M€ de subvenções, e 609 M€ de empréstimos.

No final de junho, tinham já sido pagos 611M€ a Beneficiários Diretos, e 117 M€ a Beneficiários Finais, sendo o valor “em trânsito” em Beneficiários Intermediários de 1.177M€.

O Gráfico 6 representa a distribuição feita dos valores recebidos da Comissão Europeia pelos Beneficiários Diretos, Intermediários e Finais, ao longo do primeiro semestre de 2022. De acordo com o Decreto-Lei n.º 29-B/2021 a Recuperar Portugal emite ordens de pagamento, e a AD&C processa os pagamentos a Beneficiários Diretos e Intermediários. Os Beneficiários Intermediários, por sua vez, fazem pagamentos aos Beneficiários Finais, após seleção e contratação com os mesmos. A diferença entre os valores recebidos por Beneficiários Intermediários e os valores efetivamente pagos por estes a Beneficiários Finais, indica-se como montantes “em trânsito em Beneficiários Intermediários”, como pode ver-se abaixo.

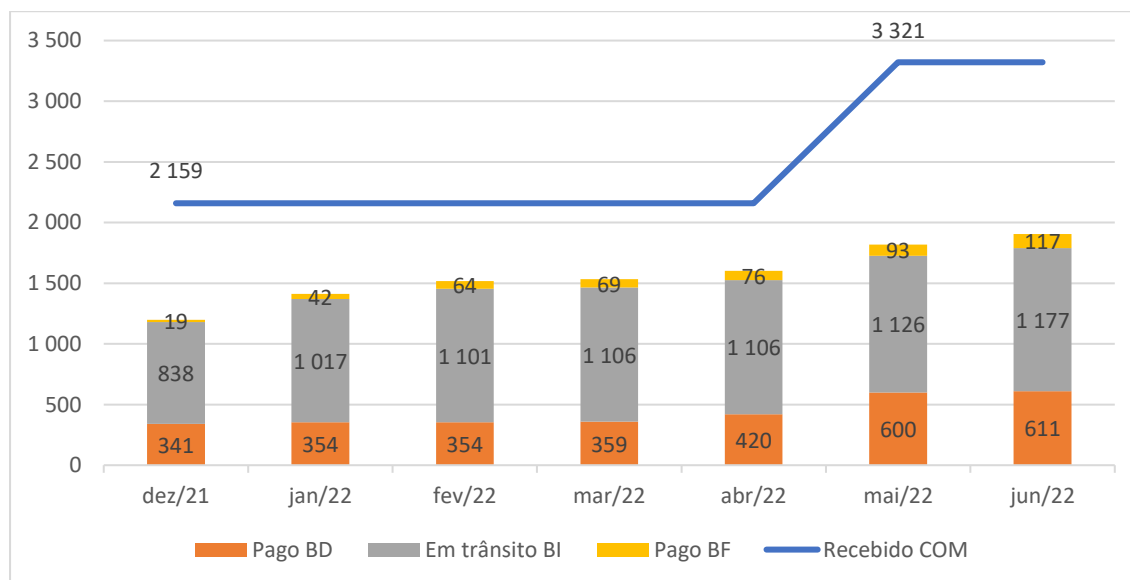


Gráfico 6 - Recebimentos da União Europeia e Pagamentos a Beneficiários Diretos, Intermediários e Finais, até de junho de 2022. Valores em milhões de euros. 30

Parte 5 – Indicadores Comuns

O Regulamento (UE) 241/2021 e o Regulamento Delegado da Comissão (UE) 2021/2106 preveem que todos os Estados-Membros que implementam Planos de Recuperação e Resiliência realizem um reporte bianual de 14 indicadores comuns, com o objetivo de comparar a execução e os impactos dos planos nos respetivos países. Os dados reportados pelos Estados-Membros são atualizados pela Comissão no sítio web ⁷do painel de avaliação (“Scoreboard”) dos Planos de Recuperação e Resiliência. Assim, foram comunicados à Comissão Europeia, em fevereiro de 2022, os progressos de implementação associados ao PRR verificados desde o início da implementação até 31 de dezembro de 2021

Adicionalmente, já depois do fecho do semestre, em setembro, foram comunicados os indicadores referentes ao período de 1 de janeiro a 30 de junho. Na tabela seguinte são apresentados os valores dos Indicadores Comuns reportados em cada um dos momentos.

Tabela 9 - Valores dos Indicadores Comuns em 30/12/2021 e 30/06/2022

Código	Descrição	Reporte 31/12/2021	Reporte 30/06/2022
CI01	Redução anual total do consumo de energia primária, MWh/ano	115.076	314.522
CI02	Capacidade adicional instalada para energia renovável, MW	14	103
CI03	Número de pontos de reabastecimento / carregamento (novos ou adaptados) para veículos não poluentes	4.095	4.802
CI04	Número de habitantes em áreas onde a infraestrutura de proteção (incluindo infraestrutura verde e solução baseada na natureza para adaptação às alterações climáticas) foi construída ou atualizada	2.134.327	2.134.327
CI06	Número de empresas apoiadas para desenvolver ou adotar serviços, produtos e processos novos ou significativamente atualizados (novas funcionalidades) com base em tecnologias digitais	0	0
CI07	Número de utilizadores (utentes ou funcionários) dos serviços, produtos e processos públicos digitais desenvolvidos de raiz ou significativamente atualizados (novas funcionalidades)	7.494.540	12.418.900
CI08	Número de investigadores que utilizam diretamente, na sua linha de atividade, o centro de investigação público ou privado ou o equipamento	0	0
CI09	Número de empresas que recebem apoio monetário ou em espécie	17	2.692
CI10	Número de participantes em atividades de educação (CITE 0-6, aprendizagem de adultos) e formação (formação fora do trabalho / no trabalho, ensino e formação profissional contínua, etc.)	15.105	25.069
CI11	Número de pessoas desempregadas ou inativas que receberam apoio por medidas no âmbito do mecanismo de recuperação e resiliência, e que estão empregadas, incluindo trabalho autónomo, ou que estavam inativas quando recebiam esse apoio e que estão recentemente envolvidas em atividades de procura de emprego, imediatamente após receberem esse apoio	10	6.755
CI12	Número máximo anual de pessoas que podem ser atendidas por um estabelecimento de saúde novo ou modernizado	0	0
CI13	Número máximo de vagas nas novas ou modernizadas instalações de educação e cuidados e educação da primeira infância (CITE 0-6)	0	0
CI14	Número de participantes com idade entre 15 e 29 anos que receberam apoio monetário ou em espécie	463	22.601

⁷ https://ec.europa.eu/economy_finance/recovery-and-resilience-scoreboard/index.html

Parte 6 – Antevisão do 2º Semestre de 2022

O segundo semestre de 2022 encerra diversos desafios relevantes para a execução (cumprimento de marcos e metas) e implementação financeira do PRR, que importa registar:

- Submissão e aprovação do segundo Pedido de Pagamento à Comissão Europeia;
- Cumprimento e respetiva recolha de evidências dos 38 marcos e metas do terceiro Pedido de Pagamento;
- Negociação com a Comissão Europeia dos Investimentos e Reformas associados aos 1,6 mil milhões de euros adicionais de subvenções a que Portugal terá direito;
- Negociação com a Comissão Europeia dos Investimentos e Reformas associados ao REPowerEU;
- Reprogramação e respetiva negociação com a Comissão Europeia de marcos e metas específicos impactados pelas consequências da invasão russa da Ucrânia;
- Reporte oficial de informação à Comissão Europeia, no âmbito do reporte bianual de indicadores comuns, até 31 de agosto, e do reporte bianual de marcos e metas, até 15 de outubro;
- Aceleração da implementação no terreno dos Investimentos e Reformas previstos no Plano de Recuperação e Resiliência português, sendo em alguns casos necessário gerir e ultrapassar as consequências do aumento generalizado de preços e as disrupções nas cadeias de abastecimento, para o cumprimento atempado dos marcos e metas contratados com a União Europeia.

Para ultrapassar estes desafios de forma atempada e eficaz, a Estrutura de Missão Recuperar Portugal mantém-se, como até aqui, completamente disponível para trabalhar com os Beneficiários, as áreas governativas e os restantes elementos do modelo de governação do Plano de Recuperação e Resiliência nacional, no sentido de encontrar soluções para a rápida e eficaz implementação do PRR, em articulação com as equipas da Comissão Europeia responsáveis pela sua gestão centralizada.

Anexo 1: Implementação Financeira

1. Implementação Financeira por Dimensão Estruturante a Beneficiários Diretos e Finais

Nas tabelas seguintes visualizamos a repartição da implementação financeira pelos Beneficiários Diretos e pelos Beneficiários Finais em 30 de junho.

Tabela 10 - Implementação Financeira por Dimensão Estruturante, Beneficiários Diretos, a 30 de junho de 2022. Valores em milhões de euros.

DIMENSÃO	Dotação	Aprovado (% Dot.)		Pago (% Dot.)	
Resiliência	1.504	1.504	100%	160	11%
Transição climática	1.036	1.036	100%	130	13%
Transição digital	1.092	1.092	100%	322	29%
	3.632	3.632	100%	611	17%

Tabela 11 - Implementação Financeira por Dimensão Estruturante, Beneficiários Finais, a 30 de junho de 2022. Valores em milhões de euros.

DIMENSÃO	Dotação	Aprovado (% Dot.)		Pago (% Dot.)	
Resiliência	9.621	1.125	12%	57	1%
Transição climática	2.023	287	14%	55	3%
Transição digital	1.368	428	31%	5	0%
	13.012	1.840	14%	117	1%

2. Implementação Financeira por Investimento

Na tabela seguinte são apresentados os montantes aprovados e pagos a Beneficiários Diretos e a Beneficiários Finais detalhados por cada um dos 139 Subinvestimentos em que se decompõe o PRR, a 30 de junho.

Tabela 12 - Montantes aprovados e pagos a Beneficiários Diretos e Finais a 30 de junho de 2022. Valores em milhões de euros

CÓDIGO	SUBINVESTIMENTO	Dotação	Aprovado (% Dot.)		Pago (% Dot.)	
C01-i01	Cuidados de Saúde Primários com mais respostas	466	63	13%	0	0%
C01-i02	Rede Nacional de Cuidados Continuados Integrados e Rede Nacional de Cuidados Paliativos	205	0	0%	0	0%
C01-i03	Conclusão da Reforma da Saúde Mental e implementação da Estratégia para as Demências	88	33	37%	2	2%
C01-i04	Equipamentos dos Hospitais Seixal, Sintra, Lisboa	180	0	0%	0	0%

CÓDIGO	SUBINVESTIMENTO	Dotação	Aprovado (% Dot.)		Pago (% Dot.)	
C01-i05.01-RAM	Expansão, Desenvolvimento e Melhoria da Rede de Cuidados Continuados Integrados	54	0	0%	0	0%
C01-i05.02-RAM	Reforço das respostas na área da saúde mental e das demências associadas ao envelhecimento	35	0	0%	0	0%
C01-i06	Transição Digital na Saúde	300	300	100%	43	14%
C01-i07.01-RAM	Digitalização da Saúde na RAM-IASAUDE	4	0	0%	0	0%
C01-i07.02-RAM	Digitalização da Saúde na RAM-SESARAM	11	0	0%	0	0%
C01-i07.03-RAM	Digitalização da Saúde na RAM-DRS	1	0	0%	0	0%
C01-i08-RAA	Hospital Digital da Região Autónoma dos Açores	30	0	0%	0	0%
C01-i09	Sistema Universal de Apoio à Vida Ativa	10	10	100%	0	2%
C02-i01	Programa de apoio ao acesso à habitação	1.211	69	6%	18	2%
C02-i02	Bolsa nacional de alojamento urgente e temporário	176	0	0%	0	0%
C02-i03-RAM	Reforço da oferta de habitação apoiada na Região Autónoma da Madeira	136	0	0%	0	0%
C02-i04-RAA	Aumentar as condições habitacionais do parque habitacional da Região Autónoma dos Açores	60	0	0%	0	0%
C02-i05	Parque público de habitação a custos acessíveis	775	0	0%	0	0%
C02-i06	Alojamento Estudantil a custos acessíveis	375	0	0%	0	0%
C03-i01	Nova Geração de Equipamentos e Respostas Sociais	417	35	8%	0	0%
C03-i02	Acessibilidades 360º	45	0	0%	0	0%
C03-i03-RAM	Fortalecimento das respostas sociais na Região Autónoma da Madeira (RAM)	83	0	0%	0	0%
C03-i04-RAA	Implementar a Estratégia Regional de Combate à Pobreza e Exclusão Social - Redes de Apoio Social (RAA)	35	0	0%	0	0%
C03-i05	Plataforma +Acesso	3	3	100%	0	13%
C03-i06.01	Programa Bairros Saudáveis	7	7	99%	0	0%
C03-i06.02	Operações Integradas em Comunidades Desfavorecidas na Área Metropolitana de Lisboa	122	119	98%	0	0%
C03-i06.03	Operações Integradas em Comunidades Desfavorecidas na Área Metropolitana do Porto	122	82	67%	0	0%
C04-i01	Redes Culturais e Transição Digital	93	0	0%	0	0%
C04-i02	Património Cultural	150	78	52%	4	2%
C05-i01.01	Agendas/Alianças mobilizadoras para a Inovação Empresarial	558	0	0%	0	0%
C05-i01.02	Agendas/Alianças Verdes para a Inovação Empresarial	372	0	0%	0	0%
C05-i02	Missão Interface - renovação da rede de suporte C&T e orientação para o tecido produtivo	186	0	0%	0	0%
C05-i03	Agenda de investigação e inovação para a sustentabilidade da agricultura, alimentação e agroindústria	93	39	42%	0	0%
C05-i04-RAA	Recapitalizar Sistema Empresarial dos Açores	125	0	0%	0	0%
C05-i05-RAA	Relançamento Económico da Agricultura Açoriana	30	0	0%	0	0%
C05-i06.01	Capitalização de empresas e resiliência financeira/Banco Português de Fomento/IAPMEI	1.300	77	6%	0	0%
C05-i06.02	Capitalização de empresas e resiliência financeira/Banco Português de Fomento	250	0	0%	0	0%
C06-i01.01	Instalação e/ou modernização dos Centros Tecnológicos Especializados:	480	0	0%	0	0%
C06-i01.02	Modernização da oferta e dos estabelecimentos de ensino e da formação profissional - Modernização da Formação Profissional	230	230	100%	30	13%
C06-i02	Compromisso Emprego Sustentável	230	47	20%	10	4%
C06-i03.01	Incentivo Adultos - Projetos Locais Promotores de Qualificações de Nível B1/B2/B3	40	0	0%	0	0%
C06-i03.02	Incentivo Adultos - Acelerador Qualifica	55	0	0%	0	0%
C06-i03.03	Impulso Adultos	130	130	100%	9	7%
C06-i04.01	Impulso Jovens STEAM	122	122	100%	13	10%
C06-i04.02	Impulso Jovens STEAM - Rede Ciência Viva	8	5	59%	1	12%

CÓDIGO	SUBINVESTIMENTO	Dotação	Aprovado (% Dot.)		Pago (% Dot.)	
C06-i05-RAA	Qualificação de adultos e aprendizagem ao longo da vida na RAA	29	0	0%	0	0%
C07-i01.01	Áreas de Acolhimento Empresarial (AAE)	31	31	100%	0	0%
C07-i01.02	Áreas de Acolhimento Empresarial (AAE)	32	32	100%	0	0%
C07-i01.03	Áreas de Acolhimento Empresarial (AAE)	13	13	100%	0	0%
C07-i01.04	Áreas de Acolhimento Empresarial (AAE)	30	30	100%	0	0%
C07-i01.05	Áreas de Acolhimento Empresarial (AAE)	4	0	0%	0	0%
C07-i02.01	Missing links e Aumento capacidade da Rede - EN14, EN4, IC35, IP2, EN125, EN211, EN344, IC2, IP8 (A26), Baião/Pone Ermida, IP8 (EN121), IP8 (EN259)	273	273	100%	35	13%
C07-i02.02	Missing links e Aumento capacidade da Rede - Eixo Rodoviário Aveiro – Águeda	40	0	0%	0	0%
C07-i03.01	Ligações transfronteiriças Ponte internacional sobre o Rio Sever	9	9	100%	0	4%
C07-i03.02	Ligações transfronteiriças Ponte Alcoutim – Saluncar del Guadiana (ES)	9	9	100%	0	0%
C07-i03.03	Ligações transfronteiriças EN103. Vinhais / Bragança (variantes)	31	31	100%	0	0%
C07-i03.04	Ligações transfronteiriças Ligação de Bragança a Puebla de Sanabria (ES)	16	16	100%	0	0%
C07-i04.01	Áreas de Acolhimento Empresarial (AAE) – Acessibilidades Rodoviárias	91	91	100%	12	13%
C07-i04.02	Áreas de Acolhimento Empresarial (AAE) – Acessibilidades Rodoviárias - EN10-4. Setúbal/ Mitrena e Ligação da A8 à Área Empresarial das Palhagueiras em Torres Vedras	9	9	100%	0	0%
C07-i04.03	Áreas de Acolhimento Empresarial (AAE) – Acessibilidades Rodoviárias: Ligação do Parque Empresarial do Casarão ao IC2	6	0	0%	0	0%
C07-i04.04	Áreas de Acolhimento Empresarial (AAE) – Acessibilidades Rodoviárias	36	36	100%	0	0%
C07-i04.05	Áreas de Acolhimento Empresarial (AAE) – Acessibilidades Rodoviárias - Rotunda na EN246 para acesso à zona industrial de Portalegre	0	0	100%	0	0%
C07-i05-RAA	Circuitos Logísticos - Rede Viária Regional dos Açores	60	0	0%	0	0%
C08-i01.01	Transformação da Paisagem dos Territórios de Floresta Vulneráveis - "Áreas integradas de gestão da paisagem (AIGP) e Condomínios de Aldeia"	257	0	0%	0	0%
C08-i01.02	Transformação da Paisagem dos Territórios de Floresta Vulneráveis: Programas de Reordenamento e Gestão da Paisagem	3	3	100%	0	13%
C08-i01.03	Transformação da Paisagem dos Territórios de Floresta Vulneráveis - Emparcelar para Ordenar	10	0	0%	0	0%
C08-i02.01	Cadastro da Propriedade Rústica e Sistema de Monitorização da Ocupação do Solo: SMOS	29	29	100%	0	0%
C08-i02.02	Cadastro da Propriedade Rústica e Sistema de Monitorização da Ocupação do Solo: Inventário Florestal Nacional	2	2	100%	0	0%
C08-i02.03	Cadastro da Propriedade Rústica e Sistema de Monitorização da Ocupação do Solo: Sistema Nacional de Cadastro Predial	55	55	100%	7	13%
C08-i03	Faixas de gestão de combustível - Rede Primária	120	120	100%	0	0%
C08-i04.01	Meios de prevenção e combate a incêndios rurais – Subinvestimento Meios aéreos	70	70	100%	9	13%
C08-i04.02	Meios de prevenção e combate a incêndios rurais – Subinvestimento Meios terrestres	16	16	100%	6	36%
C08-i04.03	Meios de prevenção e combate a incêndios rurais: Rede de radares	3	3	100%	0	0%
C08-i05.01	Programa MAIS Floresta: Reforma do sistema de prevenção e combate de incêndios	40	21	54%	0	1%
C08-i05.02	Programa MAIS Floresta: Reforço de atuação das organizações de produtores florestais (OPF) e dos Centros de Competências no setor florestal	10	0	0%	0	0%

CÓDIGO	SUBINVESTIMENTO	Dotação	Aprovado (% Dot.)		Pago (% Dot.)	
C09-i01.01	Plano Regional de Eficiência Hídrica do Algarve: SM1 – Reduzir perdas de água no setor urbano	35	2	6%	0	0%
C09-i01.02	Plano Regional de Eficiência Hídrica do Algarve: SM2 – Reduzir perdas de água e aumentar a eficiência no setor agrícola	17	13	76%	0	0%
C09-i01.03	Plano Regional de Eficiência Hídrica do Algarve: SM3 - Reforçar a governança dos recursos hídricos	5	5	100%	1	13%
C09-i01.04	Plano Regional de Eficiência Hídrica do Algarve: SM4 – Promover a utilização de Água Residual Tratada, SM5 – Aumentar a capacidade disponível e resiliência das albufeiras/sistemas de adução em alta existentes e reforçar com novas origens de água e SM	143	143	100%	0	0%
C09-i02	Aproveitamento hidráulico de fins múltiplos do Crato	120	120	100%	16	13%
C09-i03-RAM	Plano de eficiência e reforço hídrico dos sistemas de abastecimento e regadio da RAM	70	0	0%	0	0%
C10-i01	Hub Azul, Rede de Infraestruturas para a Economia Azul	87	84	97%	0	0%
C10-i02	Transição Verde e Digital e Segurança nas Pescas	21	12	57%	0	0%
C10-i03.01	Pilar I - Plataforma Naval Multifuncional e Pilar II - Centro de Operações	110	110	100%	4	4%
C10-i03.02	Centro de Operações de Defesa do Atlântico e Plataforma Naval - Pilar III - Academia do Arsenal do Alfeite (Academia 4.0)	2	2	100%	1	36%
C10-i04-RAA	Desenvolvimento do "Cluster do Mar dos Açores"	32	0	0%	0	0%
C11-i01	Descarbonização da Indústria	715	0	0%	0	0%
C12-i01.01	Bioeconomia: Projetos Integrados (Têxtil e Vestuário, Calçado e Resina Natural) e Beneficiação de Povoamentos de Pinheiro Bravo com Potencial para a Resinagem	140	130	92%	0	0%
C12-i01.02	Bioeconomia - Gestão Florestal e Apoio à Resinagem	5	5	102%	4	81%
C13-i01	Eficiência energética em edifícios residenciais	300	61	20%	55	18%
C13-i02	Eficiência energética em edifícios da administração pública central	240	0	0%	0	0%
C13-i03	Eficiência energética em edifícios de serviços	70	0	0%	0	0%
C14-i01	Hidrogénio e gases renováveis	185	0	0%	0	0%
C14-i02-RAM	Potenciação da eletricidade renovável no Arquipélago da Madeira	69	0	0%	0	0%
C14-i03-RAA	Transição Energética nos Açores	116	0	0%	0	0%
C15-i01	Expansão da Rede de Metro de Lisboa - Linha Vermelha até Alcântara	304	304	100%	40	13%
C15-i02	Expansão da Rede de Metro do Porto - Casa da Música-Santo Ovídio	299	299	100%	41	14%
C15-i03	Metro Ligeiro de Superfície Odivelas-Loures	250	250	100%	33	13%
C15-i04	Linha BRT Boavista - Império	66	66	100%	9	13%
C15-i05	Descarbonização dos Transportes Públicos	48	0	0%	0	0%
C16-i01	Capacitação Digital das Empresas	100	100	100%	1	1%
C16-i02	Transição Digital das Empresas	450	3	1%	0	0%
C16-i03	Catalisação da Transição Digital das Empresas	100	10	10%	1	1%
C17-i01.01	Sistemas de informação de Gestão Financeira Pública	161	161	100%	21	13%
C17-i01.02	Sistemas de informação de Gestão Financeira Pública/ SIGPIP	2	2	100%	0	0%
C17-i02	Modernização da infraestrutura do sistema de informação patrimonial da Autoridade Tributária	43	43	100%	6	13%
C17-i03.01	Transição digital da Segurança Social	19	19	100%	0	0%
C17-i03.02	Transição digital da Segurança Social	182	182	100%	24	13%
C18-i01.01	Justiça económica e ambiente de negócios/IGFEJ	142	142	100%	19	14%
C18-i01.02	Justiça Económica e Ambiente de Negócios/IRN	43	43	100%	6	13%
C18-i01.03	Justiça económica e ambiente de negócios/DGPJ	29	29	100%	3	12%
C18-i01.04	Justiça Económica e Ambiente de Negócios/DGAJ	16	16	100%	2	13%
C18-i01.05	Justiça Económica e Ambiente de Negócios/PJ	19	19	100%	2	13%

CÓDIGO	SUBINVESTIMENTO	Dotação	Aprovado (% Dot.)		Pago (% Dot.)	
C18-i01.06	Justiça económica e ambiente de negócios/SGMJ	10	10	100%	1	7%
C18-i01.07	Justiça Económica e Ambiente de Negócios/INMLCF	4	4	100%	0	13%
C18-i01.08	Justiça Económica e Ambiente de Negócios/INPI	2	2	100%	0	13%
C18-i01.09	Justiça económica e ambiente de negócios/CAAJ	1	1	100%	0	13%
C18-i01.10	Justiça Económica e Ambiente de Negócios/PGR	1	1	100%	0	13%
C18-i01.11	Justiça Económica e Ambiente de Negócios/CSM	1	1	100%	0	13%
C18-i01.12	Justiça Económica e Ambiente de Negócios/STA	0	0	100%	0	0%
C19-i01.01	Reformulação do atendimento dos serviços público e consulares	137	28	21%	3	2%
C19-i01.02	Reformulação do atendimento dos serviços público e consulares/SGMNE	51	51	100%	7	13%
C19-i02.01	Serviços Eletrónicos sustentáveis, baseados na interoperabilidade e utilização dos dados para um aumento de transparência e eficiência	65	0	0%	0	0%
C19-i02.02	Serviços Eletrónicos sustentáveis/INE	5	5	100%	0	0%
C19-i03	Reforço do quadro geral de cibersegurança na base da confiança para a adoção dos serviços eletrónicos	47	47	100%	6	13%
C19-i04.01	Transição Digital na Rede Informática do Governo (RING)/CEGER	13	13	100%	4	33%
C19-i04.02	Infraestruturas críticas digitais eficientes, seguras e partilhadas/SGMAI	62	62	100%	8	13%
C19-i04.03	Infraestruturas críticas digitais eficientes, seguras e partilhadas	8	8	100%	0	0%
C19-i05.01-RAM	Transição Digital da Administração Pública da RAM- DRI	69	0	0%	0	0%
C19-i05.02-RAM	Transição Digital da Administração Pública da RAM-DRAPMA	9	0	0%	0	0%
C19-i06-RAA	Modernização e digitalização da Administração Pública- RAA	25	0	0%	0	0%
C19-i07.01	Capacitação da Administração Pública - INA	34	12	35%	0	0%
C19-i07.02	Capacitação da Administração Pública – Entidade responsável pela implementação da Reforma TD-r35	2	2	100%	0	0%
C19-i07.03	Capacitação da Administração Pública - Formação Lojas do Cidadão/ Espaços Cidadão	1	1	100%	0	13%
C19-i07.04	Capacitação da Administração Pública - PlanAPP	12	12	100%	2	13%
C19-i07.05	Capacitação da Administração Pública - Programa de Estágios e Promoção do Teletrabalho	38	0	0%	0	0%
C20-i01.01	Transição digital na Educação	272	266	98%	0	0%
C20-i01.02	Transição digital na Educação	228	228	100%	210	92%
C20-i02-RAA	Educação digital (Açores)	38	0	0%	0	0%
C20-i03-RAM	Programa de aceleração da digitalização da Educação na RAM	21	0	0%	0	0%
Total		16.644	5.472	33%	728	4%

3. Implementação Financeira por Concelho

A distribuição dos valores aprovados e pagos, a Beneficiários Diretos e a Beneficiários Finais, em cada um dos concelhos, e nos projetos de cobertura nacional, até 30 de junho, é apresentada na tabela que se segue.

Tabela 13 - Montantes aprovados e pagos a Beneficiários Diretos e Finais a 30 de junho de 2022. Valores em milhares de euros.

CONCELHO	Aprovado	Pago
Abrantes	861	373
Águeda	21.026	361

CONCELHO	Aprovado	Pago
Aguiar da Beira	163	40
Alandroal	112	37
Albergaria-a-Velha	479	198
Albufeira	3.409	283
Alcácer do Sal	168	62
Alcanena	260	65
Alcobaça	9.589	336
Alcochete	16.572	141
Alcoutim	9.203	54
Alenquer	1.127	314
Alfândega da Fé	233	35
Alijó	305	18
Aljezur	200	37
Aljustrel	116	30
Almada	2.132	1.171
Almeida	198	63
Almeirim	308	172
Almodôvar	204	55
Alpiarça	112	55
Alter do Chão	77	11
Alvaiázere	123	31
Alvito	33	0
Amadora	3.285	561
Amarante	780	260
Amares	385	149
Anadia	1.674	209
Angra do Heroísmo	32	23
Ansião	358	108
Arcos de Valdevez	247	93
Arganil	479	165
Armamar	217	38
Arouca	396	147
Arraiolos	178	59
Arronches	51	15
Arruda dos Vinhos	184	128
Aveiro	13.965	868
Avis	59	8
Azambuja	161	91
Baião	242	55
Barcelos	13.197	1.868
Barreiro	20.829	353
Batalha	1.961	185
Beja	18.638	177
Belmonte	219	78
Benavente	401	266
Bombarral	1.016	47
Borba	221	116
Boticas	266	62
Braga	22.391	2.819
Bragança	26.546	1.253
Cabeceiras de Basto	291	122
Cadaval	263	76
Caldas da Rainha	1.524	329
Calheta (Açores)	28	8
Calheta (Madeira)	25	25
Câmara de Lobos	59	50
Caminha	258	114
Campo Maior	15.284	39
Cantanhede	703	283
Carraceda de Ansiães	182	13
Carregal do Sal	205	103
Cartaxo	849	154
Cascais	9.430	2.083

CONCELHO	Aprovado	Pago
Castanheira de Pera	60	8
Castelo Branco	6.915	427
Castelo de Paiva	394	93
Castelo de Vide	54	28
Castro Daire	426	108
Castro Marim	115	51
Castro Verde	225	99
Celorico da Beira	251	69
Celorico de Basto	562	95
Chamusca	239	76
Chaves	11.806	246
Cinfães	292	56
Coimbra	50.524	4.214
Condeixa-a-Nova	379	230
Constância	124	75
Coruche	234	70
Covilhã	7.892	1.103
Crato	145	36
Cuba	296	41
Elvas	2.717	65
Entroncamento	407	201
Espinho	308	99
Esposende	546	252
Estarreja	270	162
Estremoz	277	140
Évora	9.376	987
Fafe	1.115	318
Faro	158.377	401
Felgueiras	1.981	249
Ferreira do Alentejo	86	25
Ferreira do Zêzere	239	83
Figueira da Foz	1.618	494
Figueira de Castelo Rodrigo	197	67
Figueiró dos Vinhos	163	39
Fornos de Algodres	234	38
Freixo de Espada à Cinta	47	12
Fronteira	49	5
Funchal	3.777	234
Fundão	726	294
Gavião	96	32
Góis	204	63
Golegã	239	92
Gondomar	26.158	724
Gouveia	388	95
Grândola	261	142
Guarda	6.201	406
Guimarães	15.405	1.223
Horta	8	5
Idanha-a-Nova	232	37
Ílhavo	7.727	374
Lagoa (Açores)	54	29
Lagoa (Faro)	852	140
Lagos	1.305	127
Lajes das Flores	21	2
Lajes do Pico	26	6
Lamego	1.390	181
Leiria	21.382	2.274
Lisboa	1.228.168	103.303
Loulé	2.163	1.370
Loures	22.534	839
Lourinhã	1.163	217
Lousã	458	163
Lousada	963	152

CONCELHO	Aprovado	Pago
Mação	272	56
Macedo de Cavaleiros	401	83
Machico	37	36
Madalena	1	1
Mafra	13.205	831
Maia	2.237	844
Mangualde	503	155
Manteigas	108	42
Marco de Canaveses	773	321
Marinha Grande	621	369
Marvão	122	24
Matosinhos	35.770	1.181
Mealhada	449	196
Mêda	178	55
Melgaço	11.938	16
Mértola	124	38
Mesão Frio	52	15
Mira	2.352	100
Miranda do Corvo	189	73
Miranda do Douro	170	32
Mirandela	1.520	83
Mogadouro	187	28
Moimenta da Beira	250	88
Moita	407	235
Monção	273	121
Monchique	32	18
Mondim de Basto	208	49
Monforte	47	13
Montalegre	78	16
Montemor-o-Novo	285	132
Montemor-o-Velho	466	218
Montijo	448	178
Mora	81	21
Mortágua	158	62
Moura	223	74
Mourão	28	3
Murça	36	25
Murtosa	174	57
Nazaré	221	69
Nelas	1.183	164
Nisa	9.177	468
Nordeste	10	9
Óbidos	280	99
Odemira	537	124
Odivelas	1.230	634
Oeiras	57.125	1.534
Oleiros	167	82
Olhão	6.934	164
Oliveira de Azeméis	793	446
Oliveira de Frades	344	203
Oliveira do Bairro	438	254
Oliveira do Hospital	8.712	262
Ourém	1.031	445
Ourique	293	87
Ovar	798	387
Paços de Ferreira	893	175
Palmela	1.832	535
Pampilhosa da Serra	170	42
Paredes	5.412	880
Paredes de Coura	296	119
Pedrógão Grande	91	30
Penacova	409	137
Penafiel	1.240	438

CONCELHO	Aprovado	Pago
Penalva do Castelo	157	19
Penamacor	149	33
Penedono	78	27
Penela	172	48
Peniche	4.713	187
Peso da Régua	335	107
Pinhel	390	201
Pombal	1.060	392
Ponta Delgada	118	104
Ponta do Sol	16	16
Ponte da Barca	135	53
Ponte de Lima	657	334
Ponte de Sor	337	84
Portalegre	129.915	16.673
Portel	196	8
Portimão	13.624	326
Porto	517.011	53.741
Porto de Mós	383	203
Porto Moniz	2	0
Porto Santo	22	1
Póvoa de Lanhoso	483	81
Póvoa de Varzim	2.930	308
Povoação	10	9
Proença-a-Nova	184	61
Redondo	74	17
Reguengos de Monsaraz	315	68
Resende	377	159
Ribeira Brava	36	35
Ribeira de Pena	176	25
Ribeira Grande	50	41
Rio Maior	13.187	198
Sabrosa	193	9
Sabugal	454	55
Salvaterra de Magos	720	176
Santa Comba Dão	267	155
Santa Cruz	136	113
Santa Cruz da Graciosa	9	7
Santa Cruz das Flores	25	1
Santa Maria da Feira	8.609	2.129
Santa Marta de Penaguião	93	16
Santana	12	10
Santarém	9.148	1.036
Santiago do Cacém	4.798	222
Santo Tirso	17.572	480
São Brás de Alportel	243	76
São João da Madeira	345	108
São João da Pesqueira	1.240	49
São Pedro do Sul	403	127
São Roque do Pico	21	0
São Vicente	27	6
Sardoal	147	56
Sátão	292	115
Seia	649	233
Seixal	10.410	3.279
Sernancelhe	169	33
Serpa	162	63
Sertão	459	143
Sesimbra	786	470
Setúbal	31.644	1.748
Sever do Vouga	313	214
Silves	217	144
Sines	162	66
Sintra	27.415	1.930

CONCELHO	Aprovado	Pago
Sobral de Monte Agraço	145	76
Soure	412	157
Sousel	67	29
Tábua	397	159
Tabuaço	85	30
Tarouca	148	96
Tavira	2.708	111
Terras de Bouro	72	60
Tomar	761	354
Tondela	933	208
Torre de Moncorvo	1.443	14
Torres Novas	1.456	277
Torres Vedras	10.529	554
Trancoso	302	120
Trofa	340	180
Vagos	479	188
Vale de Cambra	391	190
Valença	100	57
Valongo	802	425
Valpaços	319	104
Velas	5	4
Vendas Novas	138	73
Viana do Alentejo	141	35
Viana do Castelo	30.310	1.081
Vidigueira	72	14
Vieira do Minho	359	70
Vila da Praia da Vitória	37	32
Vila de Rei	196	42
Vila do Bispo	65	32
Vila do Conde	5.950	475
Vila do Porto	6	5
Vila Flor	145	2
Vila Franca de Xira	1.058	587
Vila Franca do Campo	12	10
Vila Nova da Barquinha	240	110
Vila Nova de Cerveira	127	87
Vila Nova de Famalicão	77.963	1.124
Vila Nova de Foz Côa	147	35
Vila Nova de Gaia	23.011	1.243
Vila Nova de Paiva	196	43
Vila Nova de Poiares	265	54
Vila Pouca de Aguiar	255	81
Vila Real	34.862	960
Vila Real de Santo António	3.888	119
Vila Velha de Ródão	81	14
Vila Verde	1.044	250
Vila Viçosa	198	66
Vimioso	106	46
Vinhais	68	10
Viseu	14.152	1.681
Vizela	939	685
Vouzela	409	178
Projetos Nacionais ⁸	2.449.727	474.074
Total	5.471.840	728.038

⁸ Projetos Nacionais: projetos não regionalizáveis, de âmbito e impacto nacionais.

Anexo 2: Relatório de Monitorização Semanal do PRR, 30 de junho de 2022

RECUPERAR PORTUGAL

PONTO DE SITUAÇÃO OPERACIONAL ATUALIZAÇÃO 30-06-2022

Execução do PRR



RESILIÊNCIA



TRANSIÇÃO CLIMÁTICA



TRANSIÇÃO DIGITAL












RECUPERAR PORTUGAL

PONTO DE SITUAÇÃO OPERACIONAL

ATUALIZAÇÃO 30-06-2022

Aprovações e Pagamentos a Beneficiários Diretos e Finais

	Concursos Públicos	Avisos		Beneficiários Diretos e Finais		
	Concursos Lançados (M€)	Dotação Avisos (M€)	Nº Candidaturas Submetidas	Nº Candidaturas Aprovadas	Aprovado	Pago
 FAMILÍAS	0	1.405 M €	107.695	36.653	61 M €	55 M €
 INSTITUIÇÕES DA ECONOMIA SOLIDÁRIA E SOCIAL	0	533 M €	3.263	1.854	46 M €	0,9 M €
 EMPRESAS	0	2.813 M €	8.186	5.155	262 M €	8,9 M €
 INSTITUIÇÕES DO SISTEMA CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO	0	259 M €	304	34	33 M €	0,1 M €
 INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR	0	384 M €	473	89	271 M €	22 M €
 ESCOLAS	210 M €	782 M €	538	465	232 M €	211 M €
 AUTARQUIAS E ÁREAS METROPOLITANAS	0 M €	1.085 M €	1.004	144	645 M €	35 M €
 ENTIDADES PÚBLICAS	258 M €	1.264 M €	919	66	2.213 M €	180 M €
 EMPRESAS PÚBLICAS	208 M €	644 M €	65	32	1.707 M €	217 M €
	676 M €	9.169 M €	122.447	44.492	5.472 M €	728 M €

Fluxos Financeiros PRR²

	Recebido Comissão Europeia (M€)	Pago a Beneficiários Diretos (M€)	Em trânsito em Beneficiários Intermediários (M€) ³	Pago a Beneficiários Finais (M€)	Total (M€)
 RESILIÊNCIA		160 M €	837 M €	57 M €	1.053 M €
 TRANSIÇÃO CLIMÁTICA		130 M €	158 M €	55 M €	342 M €
 TRANSIÇÃO DIGITAL		322 M €	182 M €	5 M €	509 M €
	3.321 M €	611 M €	1.177 M €	117 M €	1.905 M €

Notas:

- Distribuição final entre Beneficiários Diretos e Intermediários poderá sofrer ajustes até que seja contratada com a "Recuperar Portugal" toda a dotação do PRR
- Os fluxos financeiros recebidos da União Europeia, após ordens de pagamento da "Recuperar Portugal" são pagos a Beneficiários Diretos – executores públicos – ou a Beneficiários Intermediários, responsáveis pela seleção e pagamentos aos Beneficiários Finais
- Montantes ainda não transferidos para Beneficiários Finais

Anexo 3: Evolução da Implementação Financeira e Principais Concretizações por Componente



COMPONENTE C01 | SERVIÇO NACIONAL DE SAÚDE

A Componente 01 “Serviço Nacional de Saúde” é exemplo dos impactos diretos na vida das pessoas, e também da marca reformista do Plano de Recuperação e Resiliência. Esta Componente pretende reforçar a capacidade do Serviço Nacional de Saúde (SNS) para responder às mudanças demográficas e epidemiológicas do país, à inovação terapêutica e tecnológica, alinhada com o paradigma digital, à tendência de custos crescentes em saúde e às expectativas de uma sociedade mais informada e exigente.

A dotação da Componente, no valor de 1.383 M€, encontrava-se já toda contratada com Beneficiários Diretos e Beneficiários Intermediários no final do semestre anterior, tendo-se verificado um ligeiro acréscimo do montante aprovado a Beneficiários Diretos e a Beneficiários Finais, na reta final do semestre, atingindo os 406 M€ no final do mês de junho. O valor de 61M€ pago no período a Beneficiários Intermediários ainda se encontra “em trânsito”, não se tendo verificado pagamentos a Beneficiários Finais, pelo que o valor efetivamente pago total se manteve inalterado.

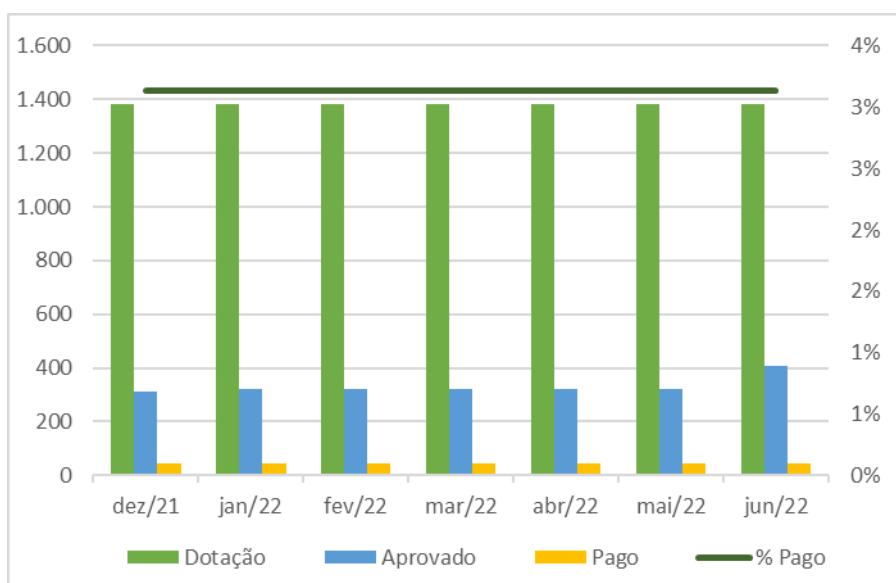


Gráfico 7 - Implementação financeira da Componente C01 no 1º semestre de 2022. Valores em milhões de euros.

Na tabela seguinte apresentam-se algumas das concretizações nos Subinvestimentos da Componente.

Tabela 14 - Sumário de concretizações em Subinvestimentos da Componente C01

Código	Subinvestimento	Acompanhamento
C01-i01	Cuidados de Saúde Primários com mais respostas	<p>Lançados um conjunto de Avisos e OT's, no total de 12, para apoiar o sistema nacional de saúde em diversas áreas:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Dotar os centros de saúde de vários equipamentos (clínico, diagnóstico, Informático e de Comunicação, Equipamento para a melhoria de sistemas de iluminação e eficiência energética das unidades de saúde, saco de emergência, desfibrilhador e monitor de sinais vitais, espirómetros, etc); • Dotar todos os centros de saúde com capacidade de dosear a proteína C reativa (PCR) e alargar as Consultas do Pé Diabético; • Apoiar a aquisição de viaturas elétricas para apoio à prestação de cuidados no domicílio nos Centros de Saúde; • Alargar o número de novas unidades móveis para cobertura das regiões do interior e/ou de baixa densidade; • Construir e requalificar unidades/polos de saúde.
C01-i02	Rede Nacional dos Cuidados Continuados Integrados e Rede Nacional dos Cuidados Paliativos	<ul style="list-style-type: none"> • Lançada uma Orientação Técnica (OT) com o objetivo de expandir as redes nacionais de cuidados paliativos e de cuidados continuados integrados, no que se refere a tratamento com internamento e de ambulatório, bem como cuidados no domicílio.
C01-i03	Conclusão da Reforma da Saúde Mental e implementação da Estratégia para as Demências	<ul style="list-style-type: none"> • Lançados um conjunto de Avisos e OT's, num total de 6, para apoiar a requalificação de unidades de internamento de psiquiatria forense, aumentando a capacidade de internamento destas entidades, bem como apoiar a requalificação de instalações dos Serviços Locais de Saúde Mental existentes.



COMPONENTE C02 | HABITAÇÃO

Atento aos problemas estruturais da sociedade portuguesa no acesso a uma habitação condigna e ao défice em matéria de pobreza energética, o PRR preconiza uma resposta integrada com os investimentos da Componente C02 “Habitação”. Pretende-se relançar e reorientar a política de habitação em Portugal, salvaguardando habitação para todos, através do reforço do parque habitacional público e da reabilitação das habitações das famílias de menores rendimentos, por forma a promover um acesso generalizado a condições de habitação adequadas.

No final do mês de janeiro, ficou concluída a contratação da dotação total da Componente C02 com Beneficiários Diretos e Intermediários, no valor de 2.733 M€. O valor aprovado e o valor pago alcançaram 69 M€ e 18 M€, respetivamente, durante o semestre.

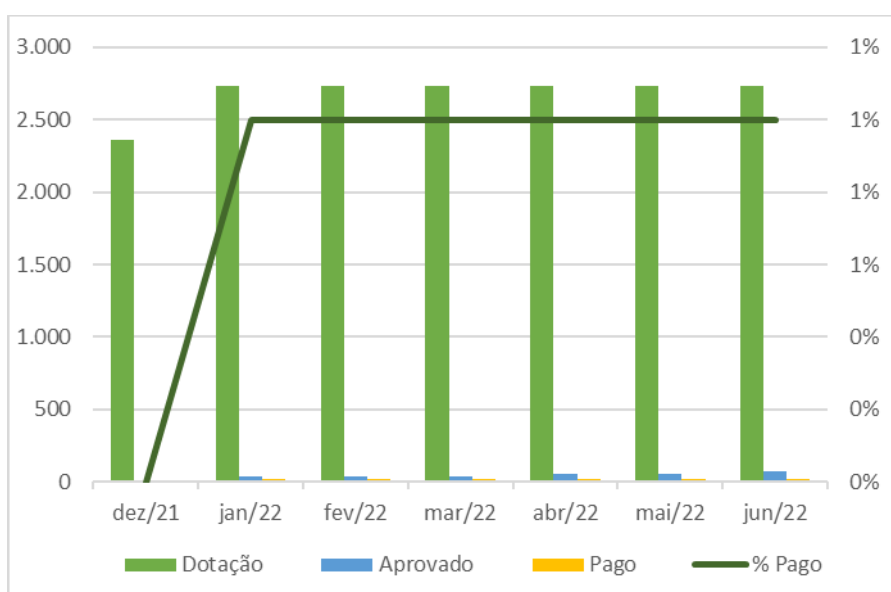


Gráfico 8 - Implementação financeira da Componente C02 no 1º semestre de 2022. Valores em milhões de euros.

Na Tabela 15 são revelados alguns dos passos dados no caminho da construção da Componente.

Tabela 15 - Sumário de concretização em Subinvestimentos da Componente C02

Código	Subinvestimento	Acompanhamento
C02-i01	Programa de apoio ao acesso à habitação	• Celebrados cerca de 185 acordos de colaboração ou de financiamento com vários municípios, tendo sido ultrapassada a meta em mais 100 acordos face aos 75 previstos para o T3/2022.
C02-i06	Alojamento Estudantil a custos acessíveis	• Aprovadas 131 candidaturas que permitirão disponibilizar no seu total cerca de 17.859 novos lugares (camas) para alojamento estudantil.



COMPONENTE C03 | RESPOSTAS SOCIAIS

O PRR, alinhado com os seis pilares da estratégia europeia, na sua Componente C03 "Respostas Sociais", traduz uma nova orientação das respostas sociais em Portugal com o objetivo de reforçar, adaptar, requalificar e inovar as respostas sociais dirigidas às crianças, pessoas idosas, pessoas com deficiência ou incapacidades e famílias, tendo em vista a promoção da natalidade, do envelhecimento ativo e saudável, da inclusão e promoção da autonomia e da conciliação entre atividade profissional e a vida pessoal e familiar, bem como a coesão social e territorial, sem descorar a promoção de uma intervenção integrada em comunidades desfavorecidas, com vista ao combate à pobreza.

O semestre da Componente C03 arrancou já com a contratação plena da dotação de 833 M€ com Beneficiários Diretos e Beneficiários Intermediários, tendo-se verificado uma evolução positiva, com nota especial para a fase final do semestre, nos valores aprovados, a registarem 245 M€. Foi pago a Beneficiários Intermediários, a título de adiantamento, o valor de 92M€. Este valor permaneceu em trânsito, não tendo sido feitos pagamento a Beneficiários Finais, pelo que a linha correspondente a pagamentos a Beneficiários Finais não sofreu alterações.

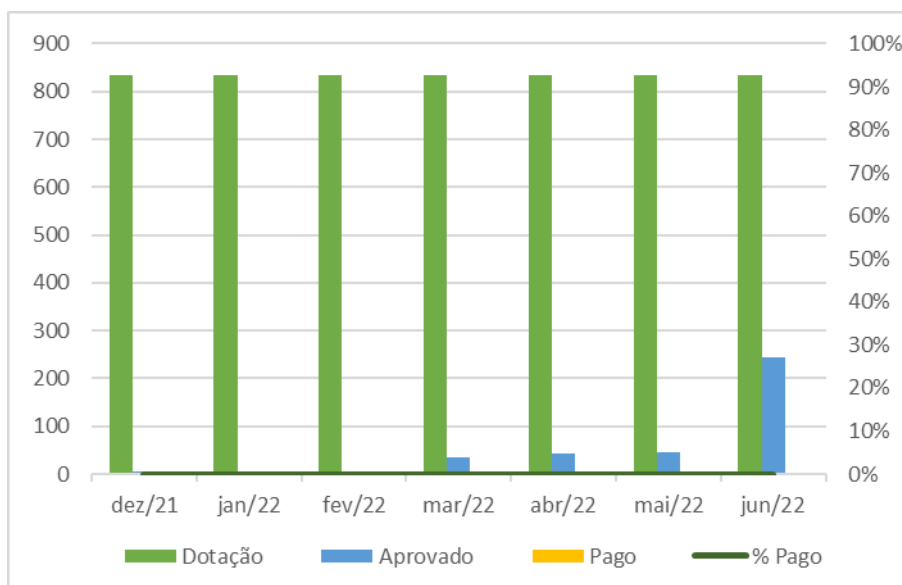


Gráfico 9 - Implementação financeira da Componente C03 no 1º semestre de 2022. Valores em milhões de euros.

A Tabela 16 apresenta de forma sucinta o ponto de situação de alguns dos processos de lançamento de Avisos de Abertura de Candidaturas e de Anúncios de Contratação Pública.

Tabela 16 - Sumário de concretização em Subinvestimentos da Componente C03

Código	Subinvestimento	Acompanhamento
C03-i01	Nova Geração de Equipamentos e Respostas Sociais	<ul style="list-style-type: none"> Submetidas 1.071 candidaturas ao abrigo do aviso para a Requalificação e alargamento da rede de equipamentos e respostas sociais, em diversas tipologias, tais como Creche; Estrutura Residencial para Pessoas Idosas (ERPI); Centro de Dia; Serviço de Apoio Domiciliário (SAD); Centro de Atividades e Capacitação para a

		<p>Inclusão (CACI) e Residência de Autonomização e Inclusão (RAI), desde que não esteja acoplada a nenhuma outra resposta social de natureza residencial.</p> <ul style="list-style-type: none"> Publicado Aviso para a apresentação de candidaturas de projetos inovadores nas tipologias de Comunidade de Inserção e Habitação Colaborativa. Até início de agosto foram submetidas 1.376 candidaturas, para apoio à aquisição de viaturas elétricas, das quais 1.247 já foram contratualizadas, 14 estão aprovadas e 59 estão em fase de análise.
C03-i02	Acessibilidades 360º	<ul style="list-style-type: none"> Ao abrigo do Programa de Intervenção na Via Pública 2021-2025 (PIVP), foram submetidas 327 candidaturas totalizando um investimento provisório de 4.809.805,85€, estando as candidaturas em fase de análise. No que se refere ao Programa de Intervenção em Edifícios Públicos 2021-2025 (PIEP), foram submetidas 229 candidaturas totalizando um investimento provisório de 68.591.725,72€, estando as candidaturas em fase de análise. O aviso referente ao Programa de Intervenção em Habitações 2021-2025 (PIH) aberto até 31/09/2022, tendo sido submetidas 88 candidaturas até início de agosto.
C03-i06.02	Operações Integradas em Comunidades Desfavorecidas na Área Metropolitana de Lisboa	<ul style="list-style-type: none"> Assinados os acordos entre as Áreas Metropolitanas do Porto e de Lisboa e as 12 unidades técnicas locais que definirão o âmbito das medidas a serem apoiadas. Lançamento do Aviso de Abertura de concurso para a 2.ª fase.
C03-i03-RAM	Fortalecimento das respostas sociais na Região Autónoma da Madeira (RAM)	<ul style="list-style-type: none"> Lançados 2 Avisos para as Respostas sociais dirigidas a Pessoas em Situação de Sem-abrigo, um para ações imateriais para a criação de 4 equipas de rua e, ainda, para a aquisição de uma viatura elétrica de 7/9 lugar. O outro aviso para ações materiais para apoiar 20 projetos de capacitação e integração de pessoas em situação de sem-abrigo, abrangendo um total de 90 lugares.
C03-i04-RAA	Implementar a Estratégia Regional de Combate à Pobreza e Exclusão Social - Redes de Apoio Social (RAA)	<ul style="list-style-type: none"> No apoio aos reforço e renovação do parque automóvel das IPSS, foram submetidas 79 candidaturas, das quais foram aprovadas 41 candidaturas. Ainda no âmbito desta medida foi lançado um 2.º aviso de concurso. Lançamento de um Avios de abertura de concurso, no âmbito do projeto piloto - Idosos em casa "ageing in place", que visa um apoio financeiro, para que estes possam permanecer no seu domicílio e receber os cuidados de saúde que necessitam. Foram submetidas 120 candidaturas que se encontram em análise.



COMPONENTE C04 | CULTURA

Considerando a importância das artes, do património e da cultura enquanto elementos de afirmação da identidade, da coesão social e territorial, e do aumento da competitividade económica das regiões, bem como do país através do desenvolvimento de atividades de âmbito cultural e social de elevado valor económico, temos a Componente C04 “Cultura” desenhada para a sua valorização.

A dotação total de 243 M€ da Componente C04 foi contratada no período precedente, notando-se um aumento de 78 M€ de aprovações em meados do semestre no valor aprovado. Os 32 M€ pagos a Beneficiários Intermediários que se encontram em trânsito começaram a ser pagos a Beneficiários Finais na reta final do semestre, no valor de 4M€.

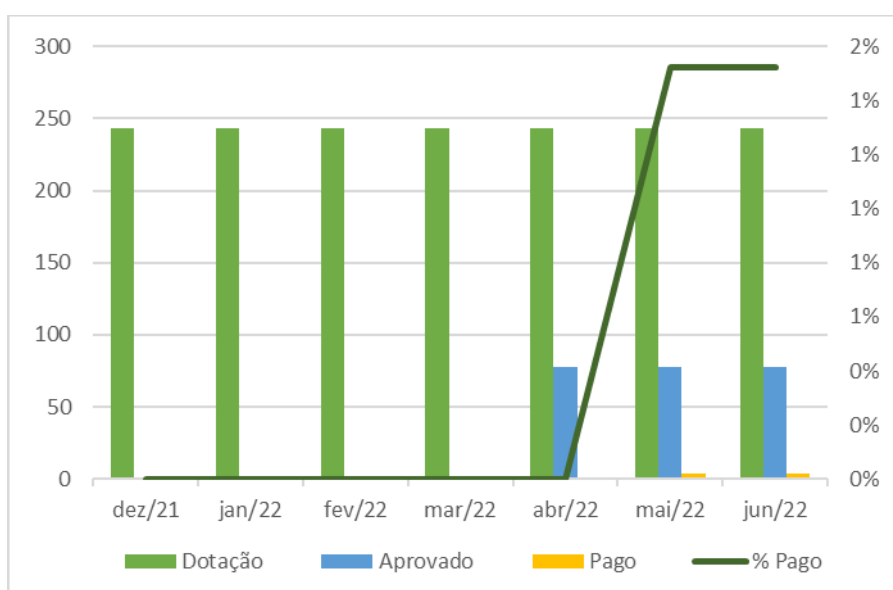


Gráfico 10 - Implementação financeira da Componente C04 no 1º semestre de 2022. Valores em milhões de euros.

Na tabela seguinte está plasmada uma visão abrangente do trabalho desenvolvido até ao final do mês de junho, em ambos os investimentos desta Componente.

Tabela 17 - Sumário de concretização em Subinvestimentos da Componente C04

Código	Subinvestimento	Acompanhamento
C04-i01	Redes Culturais e Transição Digital	<p>Lançadas 17 OT's para apoiar vários projetos, tais como:</p> <ul style="list-style-type: none"> • uma plataforma de empréstimo de livros eletrónicos aos utilizadores inscritos nas bibliotecas pertencentes à Rede Nacional de Bibliotecas Públicas (RNBP); • a modernização tecnológica do Departamento ANIM - Arquivo Nacional da Imagem em Movimento; • a modernização Tecnológica dos Laboratórios (Laboratório José Figueiredo, Laboratório Arqueociências, Laboratório de Conservação e Restauro do Centro Nacional de Arqueologia Náutica e Subaquática e Forte de Sacavém) • a digitalização de acervos e coleções singulares, raros (59.500registos) de museus sob a gestão da Direção-Geral do Património Cultural (DGPC) e das Direções Regionais de Cultura (DRCs) . • a aquisição de equipamento de projeção digital de cinema (DCP) e de vídeo e imagem para 155 equipamentos culturais (cineteatros, centros de arte contemporânea ou equiparados), na maioria municipais. • a realização da instalação de infraestrutura e equipamentos Access Point (AP) para cobertura wifi para 50 equipamentos culturais e, por esta via, promover a transição digital destes equipamentos culturais. • a produção de visitas virtuais em 65 museus sob gestão da DGPC e das DRCs. Pretende-se desenvolver percursos, conteúdo (imersivo, audiovisual) e suportes de distribuição (websites e realidade virtual), adaptados a experiências para diferentes audiências. Serão desenvolvidas visitas virtuais adaptadas para diversos públicos, nomeadamente público infantil, turistas e especialistas.
C04-i02	Património Cultural	<ul style="list-style-type: none"> • Lançadas 2 OT's, uma para a requalificação de 46 museus, palácios e monumentos, e outra para a Implementação do Programa Saber Fazer, que se materializa no apoio em intervenções de valorização e dinamização dos recursos endógenos e das técnicas tradicionais, incluindo a criação de um repositório de informação e documentação sobre produção artesanal nacional, a criação e funcionamento de laboratórios e rotas do "Saber Fazer", com comercialização de produtos, e a realização de atividades pedagógicas e informativas sobre técnicas tradicionais.



COMPONENTE C05 | CAPITALIZAÇÃO E INOVAÇÃO EMPRESARIAL

Com as empresas na mira, a Componente 05 “Capitalização e Inovação Empresarial” assume o compromisso de aumentar a competitividade e a resiliência da economia com base em I&D, inovação, diversificação e especialização da estrutura produtiva. Os objetivos passam ainda por capitalizar empresas economicamente viáveis anteriormente à eclosão da recessão económica originada pela pandemia e incentivar o investimento produtivo em áreas de interesse estratégico nacional e europeu.

A contratação plena da dotação de 2.914 M€ destinada à Componente C05 foi atingida na segunda metade do semestre. Com a dotação totalmente contratada com Beneficiários intermediários, só no final do semestre foram registados os primeiros contratos com Beneficiários Finais, fechando o valor aprovado em 115M€. Deverá, durante o segundo semestre de 2022 e de acordo com a normal sequência de implementação, ver-se um significativo aumento dos montantes pagos a Beneficiários Finais.

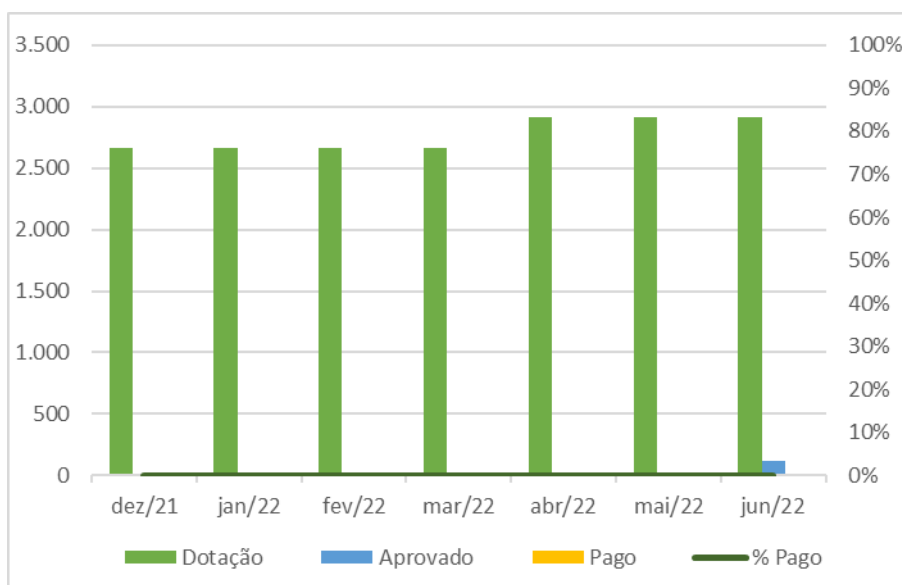


Gráfico 11 - Implementação financeira da Componente C05 no 1º semestre de 2022. Valores em milhões de euros.

Na Tabela 18 é apresentado o estado da evolução subsequente ao lançamento dos Avisos de Abertura de Concurso em vários dos Subinvestimentos.

Tabela 18 - Sumário de concretização em Subinvestimentos da Componente C05

Código	Subinvestimento	Acompanhamento
C05-i01.01	Agendas/Alianças mobilizadoras para a Inovação Empresarial	<ul style="list-style-type: none"> Na fase final foram apresentadas 64 candidaturas ao Aviso das Agendas Mobilizadoras e Verdes, das quais foram selecionadas 51 com um investimento superior a 7 mil milhões de euros e um apoio estimado de cerca de 3 mil milhões de euros. Prevê-se contratação destas agendas no 2.º semestre de 2022.
C05-i01.02	Agendas/Alianças Verdes para a Inovação Empresarial	
C05-i02	Missão Interface - renovação da rede de suporte C&T e orientação para o tecido produtivo	<ul style="list-style-type: none"> Apresentadas 35 candidaturas para financiamento da atividade de Laboratórios Colaborativos (CoLAB), num montante de financiamento de cerca de 160 milhões de euros. Prevendo-se aprovação e contratação no 2.º semestre de 2022.
C05-i03	Agenda de investigação e inovação para a sustentabilidade da agricultura, alimentação e agroindústria	<ul style="list-style-type: none"> No âmbito da agenda de investigação e inovação para a sustentabilidade da agricultura, foram aprovadas 23 candidaturas de Polos de Inovação com um apoio de 32 milhões, No âmbito da agenda de investigação e inovação para a sustentabilidade da agricultura, alimentação e agroindústria, foram aprovadas 40 agendas de investigação e inovação para a sustentabilidade da agricultura, alimentação e agroindústria com apoio de 9 milhões de euros, tendo sido rececionadas mais 300 candidaturas que se encontram em análise e que se prevê aprovação no 2.º semestre.
C05-i04-RAA	Recapitalizar Sistema Empresarial dos Açores	<ul style="list-style-type: none"> Aberto o Programa Capitalizar Açores com 50 milhões de euros, para Intermediários financeiros procederem à capitalização de empresas da Região Autónoma dos Açores.
C05-i05-RAA	Relançamento Económico da Agricultura Açoriana	<ul style="list-style-type: none"> Publicação do Programa de Inovação e Digitalização da Agricultura dos Açores, incluindo um plano de desenvolvimento de uma rede de monitorização e avisos agrícolas ao nível de ilha, bem como um plano de transição para a realidade digital e agricultura de precisão.
C05-i06.01	Capitalização de empresas e resiliência financeira/Banco Português de Fomento/IAPMEI	<ul style="list-style-type: none"> Aprovação das primeiras 11 operações de investimento do Programa de Recapitalização Estratégica num montante de 37 milhões de euros e recebidas 33 candidaturas de Intermediários financeiros no Programa Consolidar para uma dotação de 250 milhões de euros.



COMPONENTE C06 | QUALIFICAÇÕES E COMPETÊNCIAS

Não descurando a base do conhecimento e das competências, temos uma Componente 06 “Qualificações e Competências” que se foca na necessidade de aumentar a capacidade de resposta do sistema educativo e formativo, para combater as desigualdades sociais e de género e aumentar a resiliência do emprego (em situações de crise económica como a provocada pela pandemia), sobretudo dos jovens e dos adultos com baixas qualificações, bem como numa participação equilibrada entre mulheres e homens no mercado de trabalho.

Em março, a contratação da dotação, com Beneficiários Diretos e Intermediários, passou de 844 M€ para 1.324 M€, atingindo assim o valor total a afetar à Componente 06. Esta tendência crescente verificou-se também nos montantes aprovados, fechando o semestre em 534 M€. Ao nível dos pagamentos, encontravam-se em trânsito 70M€ de Beneficiários Intermediários para Beneficiários Finais. Cerca de 46% daquele valor foi pago a Beneficiários Finais, incrementando os valores pagos de 30M€, que haviam sido pagos aos Beneficiários Diretos a título de adiantamento no período anterior, para 62M€.

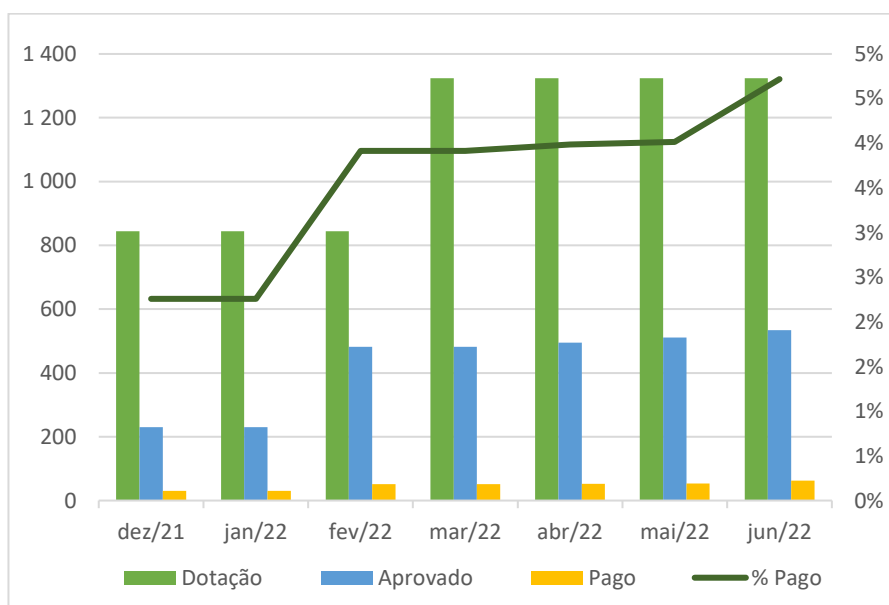


Gráfico 12 - Implementação financeira da Componente C06 no 1º semestre de 2022. Valores em milhões de euros.

Na Tabela 19 são apresentados em detalhe os números de alguns dos investimentos desta Componente, sublinhando-se o facto de no investimento C06-i02 – Compromisso Emprego Sustentável já se ter dado início ao processo de pagamento aos Beneficiários Finais de 23 M€.

Tabela 19 - Sumário de concretização em Subinvestimentos da Componente C06

Código	Subinvestimento	Acompanhamento
C06-i01.01	Instalação e/ou modernização dos Centros Tecnológicos Especializados	• Lançamento de aviso para apoiar a instalação e modernização de 365 Centros Tecnológicos Especializados em estabelecimentos de ensino públicos com oferta de cursos profissionais e em escolas profissionais, públicas ou privadas.
C06-i02	Compromisso Emprego Sustentável	• Submetidas até agosto 11.796 candidaturas, das quais 1.104 foram aprovadas, 2.265 contratualizadas, estando em fase de análise cerca de 1.853, isto corresponde a um valor aprovado/contratualizado de mais de 69M€, dos quais mais de 23 M€ pagos aos Beneficiários Finais.
C06-i03.02	Incentivo Adultos - Acelerador Qualifica	• 5.400 adultos certificados em processos de RVCC.
C06-i04.02	Impulso Jovens STEAM - Rede Ciência Viva	• Lançado 2.º aviso para o alargamento dos Clubes Ciência Viva na Escola, todo o território nacional, onde foram submetidas 257 candidaturas, estando em fase de avaliação.



COMPONENTE C07 | INFRAESTRUTURAS

A Componente 07 “Infraestruturas” pretende contribuir não só para a modernização de áreas de acolhimento empresarial nas três dimensões, mais resilientes, mais verdes e mais digitais, mas também para uma melhoria na gestão e organização do tráfego rodoviário, retirando veículos das áreas urbanas construindo corredores de tráfego rápido, com melhores condições de segurança, menos impactos a nível ambiental e aos utilizadores vulneráveis, e construindo também “missing links” cuja inexistência afeta a rede rodoviária nacional e, consequentemente, os agentes económicos, em especial as empresas, que perdem competitividade.

Relativamente à Componente C07, com valores iniciais já muito próximos dos 100%, a contratação atingiu o valor total da dotação de 690 M€ no mês de março. Com uma evolução mais expressiva, as aprovações, assentes sobretudo em contratos com Beneficiários Finais, alcançou os 580 M€. Foram pagos a Beneficiários Diretos 47 M€, e a Beneficiários Finais 1M€, resultando o num total de 48M€ de valor pago. Significa também que, tendo sido pagos a Beneficiários Intermediários 17 M€, a título de adiantamento, cerca de 95% daquele valor encontrava-se em trânsito no final do mês de junho.

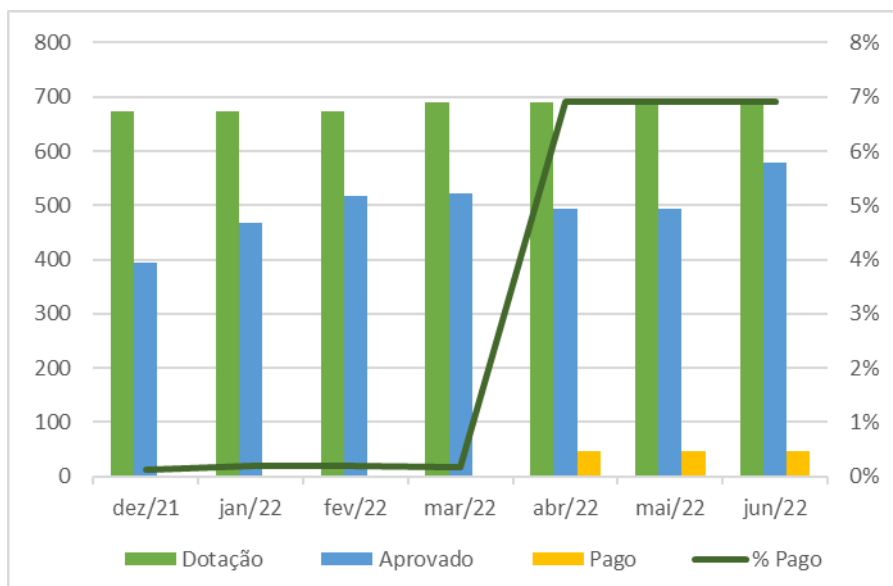


Gráfico 13 - Implementação financeira da Componente C07 no 1º semestre de 2022. Valores em milhões de euros.

Na Tabela 20 é apresentada uma síntese das realizações verificadas em dois dos investimentos da Componente.

Tabela 20 - Sumário de concretização em Subinvestimentos da Componente C07

Código	Subinvestimento	Acompanhamento
C07-i01	Áreas de Acolhimento Empresarial (AAE)	<ul style="list-style-type: none">• 10 Áreas de Acolhimento Empresarial (AAE) aprovadas, que incluem a promoção da produção e sistemas de armazenamento de energia renovável, intervenções piloto para melhorar a estabilidade energética, instalação de postos de carregamento elétricos e de hidrogénio, reforço da cobertura 5G e medidas ativas de prevenção de incêndios.
C07-i04	Investimentos Rodoviários	<ul style="list-style-type: none">• Assinatura de vários contratos de empreitada, durante 1.º semestre de 2022, para a realização de projetos rodoviários, tais como ligação ao Parque Industrial do Mundão: Requalificação da EN229 Viseu/Sátão-Eliminação de constrangimentos em zonas industriais, Acessibilidades à Zona Industrial de Riachos.



COMPONENTE C08 | FLORESTAS

Com o intuito de desenvolver uma resposta estrutural na prevenção e combate de incêndios rurais capaz de proteger Portugal de incêndios rurais graves num contexto de alterações climáticas e com impacto duradouro ao nível da resiliência, sustentabilidade e coesão territorial, foram desenvolvidas várias ações no âmbito da Componente 08 “Florestas”.

A dotação de 615 M€ da Componente ficou integralmente contratada com os Beneficiários Diretos e Beneficiários Intermediários no mês de janeiro. Tendo o nível de valor aprovado uma evolução positiva ao longo de todo o semestre, em 30 de junho já representava 52% do valor total, ao atingir 320 M€. Evolução mais tímida tiveram os pagamentos, alcançando os 19M€ a Beneficiários Diretos, e 4M€ a Beneficiários Finais, cerca de 10% do valor total pago a Beneficiários Intermediários, encontrando-se 35M€ “em trânsito” no final do semestre.

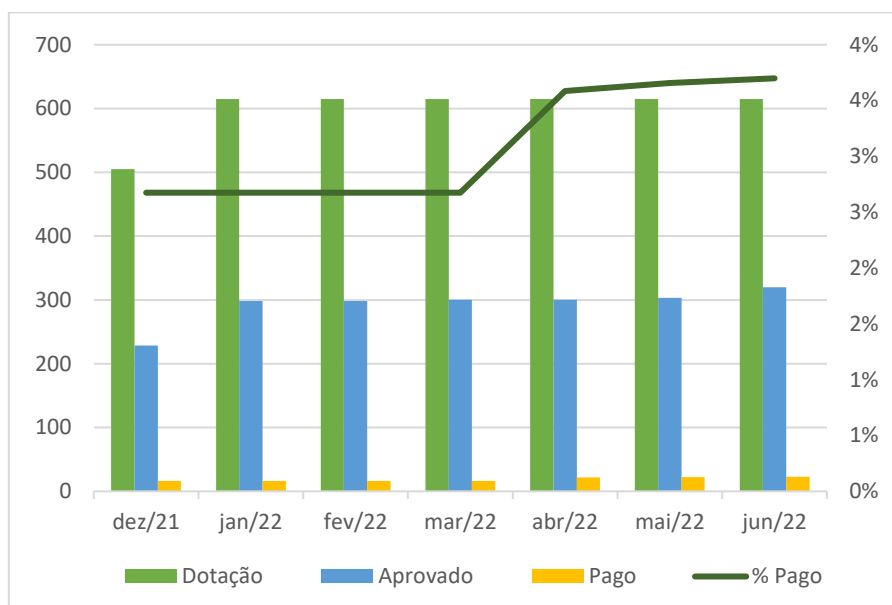


Gráfico 14 - Implementação financeira da Componente C08 no 1º semestre de 2022. Valores em milhões de euros.

A Componente, a par dos investimentos, conta com o contributo da Reforma C08-r20 ao nível da reorganização do sistema de cadastro da propriedade rústica e do Sistema de Monitorização de Ocupação do Solo.

Tabela 21, e na Tabela 22, é possível acompanhar o estado de evolução da implementação da Reforma r20, e de alguns dos Subinvestimentos da Componente.

Tabela 21 - Sumário de concretização em Reformas da Componente C08

Código	Reforma	Acompanhamento
C08-r20	Reorganização do sistema de cadastro da propriedade rústica e do Sistema de Monitorização de Ocupação do Solo	<ul style="list-style-type: none"> Publicada a Resolução do Conselho de Ministros n.º 45/2020, de 16 de junho, que cria a Estrutura de Missão para a Expansão do Sistema de Informação Cadastral Simplificada https://dre.pt/dre/detalhe/resolucao-conselho-ministros/45-2020-135844796 Publicada a Portaria n.º 68/2022, de 2 de fevereiro, que estabelece o regime de funcionamento e financiamento do modelo de organização e desenvolvimento do regime instituído pela Lei n.º 78/2017, de 17 de agosto, com as especificidades constantes na Lei n.º 65/2019, de 23 de agosto. https://dre.pt/dre/detalhe/portaria/68-2022-178532523

Tabela 22 - Sumário de concretização em Subinvestimentos da Componente C08

Código	Subinvestimento	Acompanhamento
C08-i01.01	Transformação da Paisagem dos Territórios de Floresta Vulneráveis - “Áreas integradas de gestão da paisagem (AIGP) e Condomínios de Aldeia”	• Celebrados 70 Contratos-programa com entidades proponentes de AIGP e Entidades Gestoras, superando o objetivo de 36 contratos da meta.
C08-i01.02	Transformação da Paisagem dos Territórios de Floresta Vulneráveis: Programas de Reordenamento e Gestão da Paisagem	• Alcançado o objetivo de 9 Programas de Reordenamento e Gestão da Paisagem nos territórios definidos como vulneráveis.
C08-i01.03	Transformação da Paisagem dos Territórios de Floresta Vulneráveis: Programas de Reordenamento e Gestão da Paisagem	• Lançado o Aviso para o Programa "Emparcelar Para Ordenar", em 2 períodos: 1º) entre 14/12/2021 e 15/02/2022, durante o qual foram submetidas 7 candidaturas; 2º) entre 16/02/2022 e 19/04/2022, com seis candidaturas submetidas.
C08-i02.03	Cadastro da Propriedade Rústica e Sistema de Monitorização da Ocupação do Solo: Sistema Nacional de Cadastro Predial	• Evolução da plataforma EBUPI 2.0 (T1 2022) correspondendo a um marco de desembolso cumprido.
C08-i03	Faixas de gestão de combustível - Rede Primária	• Assinados 12 contratos para a execução de Rede Primária de Faixas de Gestão de Combustível, referentes a 12 lotes sujeitos a concurso público, correspondendo a um marco de desembolso cumprido.
C08-i04.02	Meios de prevenção e combate a incêndios rurais – Subinvestimento Meios Terrestres	• Entregues 79 máquinas e equipamentos (13 tratores e 39 alfaías florestais, 4 escavadoras e 12 alfaías florestais, e 11 bulldozer).
C08-i05.01	Programa MAIS Floresta: Reforma do sistema de prevenção e combate de incêndios	<ul style="list-style-type: none"> Lançadas 14 Orientações Técnicas e assinado o contrato de financiamento entre a SGMAI e a ANEPC no âmbito da "Prevenção de Comportamentos de Risco na População". Reforçadas 6 estruturas de proteção civil com a renovação de 2 Comandos Regionais de Emergência e Proteção Civil e entrada em funcionamento de 4 Comandos Sub-regionais de Emergência e Proteção Civil, correspondendo a uma meta de desembolso cumprida.
C08-i05.02	Programa MAIS Floresta: Reforço de atuação das organizações de produtores florestais (OFP) e dos Centros de Competências no setor florestal	• Aprovadas as candidaturas que originaram os contratos com 4 Centros de Competências do Setor Florestal e 6 Organizações de Produtores Florestais de âmbito Nacional ou Regional de Natureza Federativa, correspondendo a um marco de desembolso cumprido.



COMPONENTE C09 | GESTÃO HÍDRICA

A gestão hídrica constitui uma área de intervenção estratégica face à necessidade de se mitigar a escassez hídrica e assegurar a resiliência dos territórios do Algarve, Alentejo e Madeira, as regiões com maior necessidade de intervenção em Portugal, tendo em conta a ocorrência de episódios de seca agravados em resultado das alterações climáticas. A Componente 09 “Gestão Hídrica” tem por base os cenários de alterações climáticas e a perspetiva explanada na Estratégia Nacional de Adaptação às Alterações Climáticas (ENAA) e no Programa de Ação para as Alterações Climáticas (P-3AC), contribuindo para a diversificação da atividade económica destas regiões e para o seu desenvolvimento económico, social e ambiental.

A dotação total desta Componente no valor de 390 M€ encontrava-se já totalmente contratualizada com os Beneficiários no início do semestre, tendo o valor aprovado avançado até aos 283 M€. O valor pago manteve-se nos 16 M€.

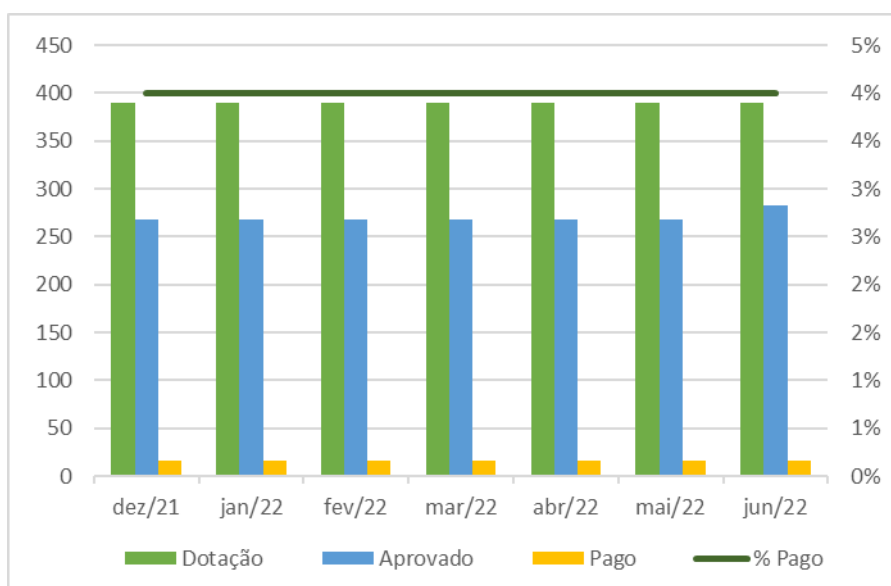
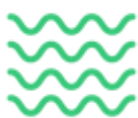


Gráfico 15 - Implementação financeira da Componente C09 no 1º semestre de 2022. Valores em milhões de euros.

A tabela seguinte sintetiza o ponto de concretização dos investimentos identificados.

Tabela 23 - Sumário de concretização em Subinvestimentos da Componente C09

Código	Subinvestimento	Acompanhamento
C09-i01.01	Plano Regional de Eficiência Hídrica do Algarve: SM1 - Reduzir perdas de água no setor urbano	• Celebrados contratos referentes a 6 das 26 candidaturas submetidas ao 1º Aviso no âmbito do programa para a redução de perdas de água no setor urbano.
C09-i01.02	Plano Regional de Eficiência Hídrica do Algarve: SM2 - Reduzir perdas de água e aumentar a eficiência no setor agrícola	• Celebrado contrato com a Direção-Geral de Agricultura e Desenvolvimento Rural com vista à execução de Aproveitamentos Hidroagrícolas Coletivos.
C09-i01.04	Plano Regional de Eficiência Hídrica do Algarve: SM4 - Promover a utilização de Água Residual Tratada, SM5 – Aumentar a capacidade disponível e resiliência das albufeiras/sistemas de adução em alta existentes e reforçar com novas origens de água e SM	• Lançados 10 procedimentos de contratação pública, 5 dos quais com contratos celebrados, incluindo a empreitada de Execução do Sistema de Elevação de Água para o Túnel de Odeleite-Beliche - LOTE A - Remodelação e Adaptação da Comporta de Isolamento da Tomada de Água para o Túnel - LOTE B - Sistema Elevatório e o Estudo de Impacte Ambiental do projeto da Estação de Dessalinização de Água do Mar do Algarve.
C09-i02	Aproveitamento hidráulico de fins múltiplos do Crato	• Lançados 6 procedimentos de contratação pública, 5 dos quais com contratos celebrados; e realizado o processo de AIA, que culminou com a emissão DIA favorável condicionada em setembro de 2022.



COMPONENTE C10 | MAR

Potenciando as vantagens de Portugal face à sua localização geográfica privilegiada, com aproximadamente 1.000 quilómetros de costa marítima, na Componente C10 “Mar”, com uma dotação total de 252 milhões de euros, procura-se desenvolver uma resposta estrutural, duradoura e impactante, preparando o caminho para a construção de uma economia do mar mais competitiva, mais coesa e mais inclusiva, mas também mais descarbonizada e sustentável, com maior capacidade de aproveitamento das oportunidades decorrentes das transições climática e digital. Alinhada com estes princípios, a Componente do Mar irá contribuir para as opções nacionais relacionadas com o reforço do potencial produtivo nacional, num contexto de adaptação às transições climática e digital.

A dotação prevista para a Componente, 252 M€, encontra-se totalmente contratada desde o final do período anterior, tendo o valor aprovado sensivelmente duplicado no mês de junho, passando de 112 M€ para 208 M€. O valor dos pagamentos passou de 1M€ para 5 M€.

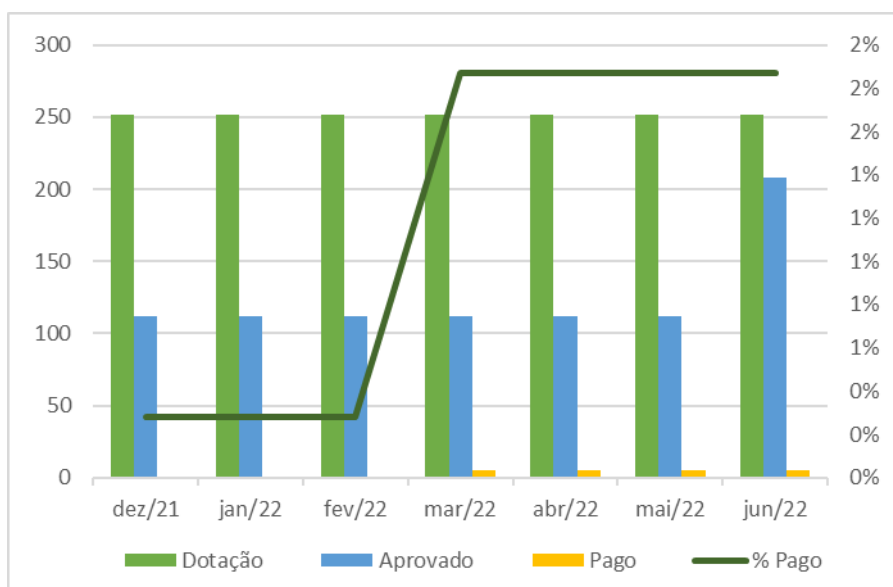


Gráfico 16 - Implementação financeira da Componente C10 no 1º semestre de 2022. Valores em milhões de euros.

Na Tabela 24 estão plasmados alguns dos avanços concretizados nos procedimentos de seleção e contratualização com Beneficiários Finais, bem como de contratação pública, por Subinvestimento.

Tabela 24 - Sumário de concretização em Subinvestimentos da Componente C10

Código	Subinvestimento	Acompanhamento
C10-i01	Hub Azul, Rede de Infraestruturas para a Economia Azul	<ul style="list-style-type: none"> • Lançados e fechados 9 avisos referentes ao desenvolvimento, reforço de capacidades e competências e criação dos Polos, ao desenvolvimento do conceito Blue Hub School e ao modelo de negócio e equipa de gestão Hub Azul.
C10-i02	Transição Verde e Digital e Segurança nas Pescas	<ul style="list-style-type: none"> • Aprovadas 38 candidaturas relativas a 28 projetos na área de “Embarcações”, 7 projetos na área da “Indústria” e 3 projetos na área da “Aqüicultura”.
C10-i03.01	Pilar I - Plataforma Naval Multifuncional e Pilar II - Centro de Operações	<ul style="list-style-type: none"> • Lançados 8 concursos públicos, um correspondente ao Pilar I e os restantes ao Pilar II, correspondendo a 87% total do investimento.
C10-i03.02	Centro de Operações de Defesa do Atlântico e Plataforma Naval - Pilar III - Academia do Arsenal do Alfeite (Academia 4.0)	<ul style="list-style-type: none"> • Lançados 10 procedimentos de contratação pública, todos com contratos celebrados • Em execução a obra para a requalificação do edifício da Academia.
C10-i04-RAA	Desenvolvimento do “Cluster do Mar dos Açores”	<ul style="list-style-type: none"> • Lançados 3 procedimentos de contratação pública, incluindo para o projeto de execução do Tecnopolo – Martec, que foi concluído.



COMPONENTE C11 | DESCARBONIZAÇÃO DA INDÚSTRIA

Os investimentos previstos para a Componente 11 “Descarbonização da Indústria”, com uma dotação total de 715 milhões de euros, destinam-se a descarbonizar o setor industrial e empresarial e a promover a mudança de paradigma na utilização dos recursos concretizando medidas do Plano Nacional Energia e Clima 2030 (PNEC), constituindo um objetivo estratégico central no PRR, no sentido em que contribui para acelerar a transição para uma economia neutra em carbono e, ao mesmo tempo, para promover a competitividade da indústria e das empresas, por via da sua descarbonização, redução do consumo de energia e da promoção de fontes endógenas de energia.

Com a dotação de 715 M€ totalmente contratada desde o período anterior, os números da implementação financeira da Componente C11 não sofreram alteração ao longo do semestre.

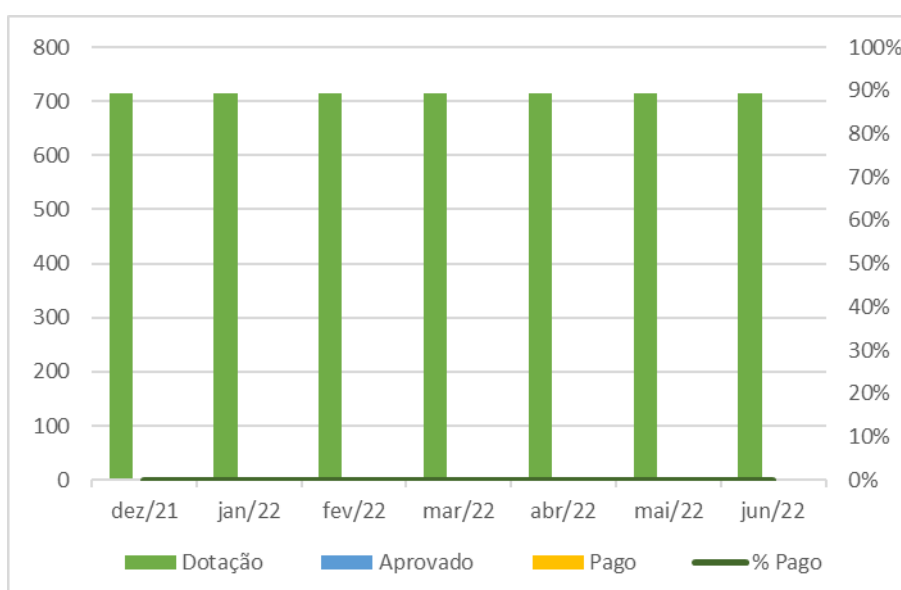


Gráfico 17 - Implementação financeira da Componente C11 no 1º semestre de 2022. Valores em milhões de euros.

A Tabela 25 apresenta o número de candidaturas apresentadas até ao final do mês de junho, na medida C11-i01.

Tabela 25 - Sumário de concretização no Subinvestimento da Componente C011

Código	Subinvestimento	Acompanhamento
C11-i01	Descarbonização da Indústria	• Relativamente à meta de 300 projetos apoiados em 2025, foram submetidas 242 candidaturas de projetos de descarbonização e 39 candidaturas referentes a Roteiros para a Descarbonização.



COMPONENTE C12 | BIOECONOMIA

Os investimentos do PRR na Componente C12 “Bioeconomia” pretendem desenvolver as iniciativas necessárias à alteração de paradigma para acelerar a produção de produtos de alto valor acrescentado a partir de recursos biológicos (em alternativa às matérias de base fóssil). Através de uma transição para a Bioeconomia sustentável é possível apoiar a modernização e a consolidação da indústria por meio da criação de novas cadeias de valor e de processos industriais mais ecológicos, apresentando-se assim como uma oportunidade para toda a Europa.

Com a dotação total de 145 M€ já contratada com o Beneficiário Direto e o Beneficiário Intermediário no arranque do semestre, o valor aprovado disparou 129 M€ no mês de junho, atingindo os 134 M€. O valor pago permaneceu ao nível de 4 M€.

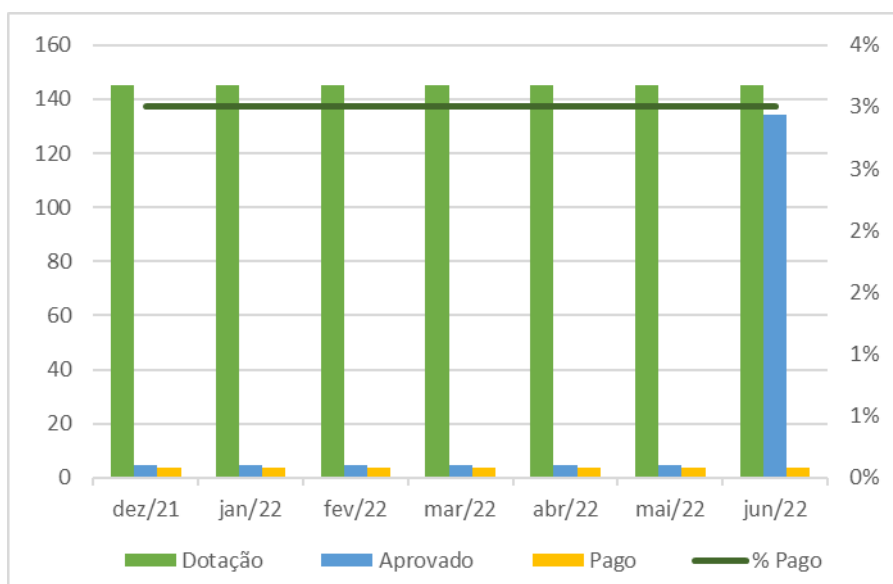


Gráfico 18 - Implementação financeira da Componente C12 no 1º semestre de 2022. Valores em milhões de euros.

A Componente conta também com a contribuição que será dada pela Reforma C12-r25 na prossecução dos objetivos da Bioeconomia, reformulando a Estratégia Nacional para as Compras Públicas Ecológicas. A Tabela 26 e a Tabela 27 dão a conhecer os avanços na Reforma e nos Subinvestimentos, materializados a partir dos procedimentos de seleção e contratualização com Beneficiários Finais, e dos de procedimentos de contratação pública, respetivamente.

Tabela 26 - Sumário de concretização na Reforma da Componente C12

Código	Reforma	Acompanhamento
C12-r25	Bioeconomia sustentável - Entrada em vigor da Estratégia Nacional para as Compras Públicas Ecológicas revista	• Preparado <i>draft</i> para consulta pública da revisão da Estratégia Nacional para as Compras Públicas Ecológicas

Tabela 27 - Sumário de concretização em Subinvestimentos da Componente C12

Código	Subinvestimento	Acompanhamento
C12-i01.01	Bioeconomia: Projetos Integrados e Beneficiação de Povoamentos de Pinheiro Bravo com Potencial para a Resinagem	<ul style="list-style-type: none"> • Celebrados 3 contratos de consórcios nos setores do Têxtil e Vestuário, Calçado e Resina Natural, com o seguinte apoio máximo aprovado: BE@T (têxtil e Vestuário) - 71 000 000 euros; BioShoes4All (calçado) - 41 000 000 euros; RN21 (resina natural) - 17 500 000 euros, correspondendo a um marco de desembolso cumprido.
C12-i01.02	Bioeconomia - Gestão Florestal e Apoio à Resinagem	<ul style="list-style-type: none"> • Adquiridos 30 tratores florestais de rodas pneumáticas com 60 alfaias florestais (destroçadores florestais de martelos fixos e corta-matos florestal de correntes para silvicultura preventiva e resinagem).



COMPONENTE C13 | EFICIÊNCIA ENERGÉTICA DOS EDIFÍCIOS

O intuito da Componente C13 “Eficiência Energética dos Edifícios” é tornar os edifícios energeticamente mais eficientes, potenciando o alcance de múltiplos objetivos, designadamente, a melhoria dos níveis de conforto térmico, a redução do montante da fatura e da dependência energética do país, a redução de emissões de gases com efeito de estufa, a melhoria da qualidade do ar interior, o benefício para a saúde, a promoção da produtividade laboral, a redução da pobreza energética, a extensão da vida útil dos edifícios e o aumento da sua resiliência.

Estando a dotação de 610 M€ integralmente contratada com o Beneficiário Intermediário, o valor aprovado, evolui durante o semestre de 23 M€ para 61 M€, e o valor pago de 19 M€ para 55 M€, na ordem de 10 % e 9 %, quando comparados com a dotação total.

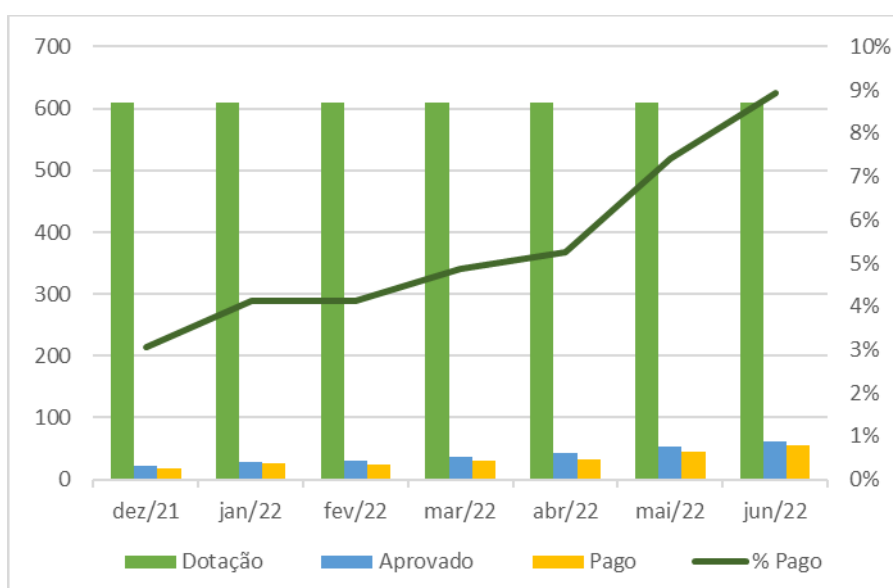


Gráfico 19 - Implementação financeira da Componente C13 no 1º semestre de 2022. Valores em milhões de euros

Através da Tabela 28 é possível conhecer mais de perto o número de candidaturas apresentadas até ao fecho do semestre, por Subinvestimento da Componente.

Tabela 28 - Sumário de concretização em Subinvestimentos da Componente C13

Código	Subinvestimento	Acompanhamento
C13-i01	Eficiência energética em edifícios residenciais	• Submetidas 106.133 candidaturas das quais 36.053 foram consideradas elegíveis no âmbito do Aviso referente ao Programa de Apoio a Edifícios Mais Sustentáveis.
C13-i02	Eficiência energética em edifícios da Administração Pública Central	• Submetidas 214 candidaturas, atualmente em fase análise.
C13-i03	Eficiência energética em edifícios de serviços	• Submetidas 477 candidaturas (com 643 em preenchimento), encontrando-se o Aviso aberto até outubro de 2022.



COMPONENTE C14 | HIDROGÉNIO E RENOVÁVEIS

A Componente C14 “Hidrogénio e Renováveis”, com uma dotação de 370 milhões de euros, surge para promover a transição energética por via do apoio às energias renováveis, com grande enfoque na produção de hidrogénio e de outros gases de origem renovável e, no contexto das Regiões Autónomas, de energias de fonte renovável. Pretende-se fomentar o crescimento económico e o emprego por via da criação de novas indústrias e serviços associados, bem como a investigação e o desenvolvimento, acelerando o progresso tecnológico e o aparecimento de novas soluções tecnológicas, com elevadas sinergias com o tecido empresarial. Pretende-se, ainda, reduzir a dependência energética nacional, quer pela produção de energia a partir de fontes endógenas, quer pela utilização direta de hidrogénio, quer pela utilização indireta (ex.: amónia verde), e dessa forma contribuir significativamente para a melhoria da balança comercial e o reforço da resiliência da economia nacional.

Com a contratação do valor da Componente de 370 M€ estabilizada desde o final do semestre anterior, os valores da implementação financeira não sofreram alterações durante o período de reporte.

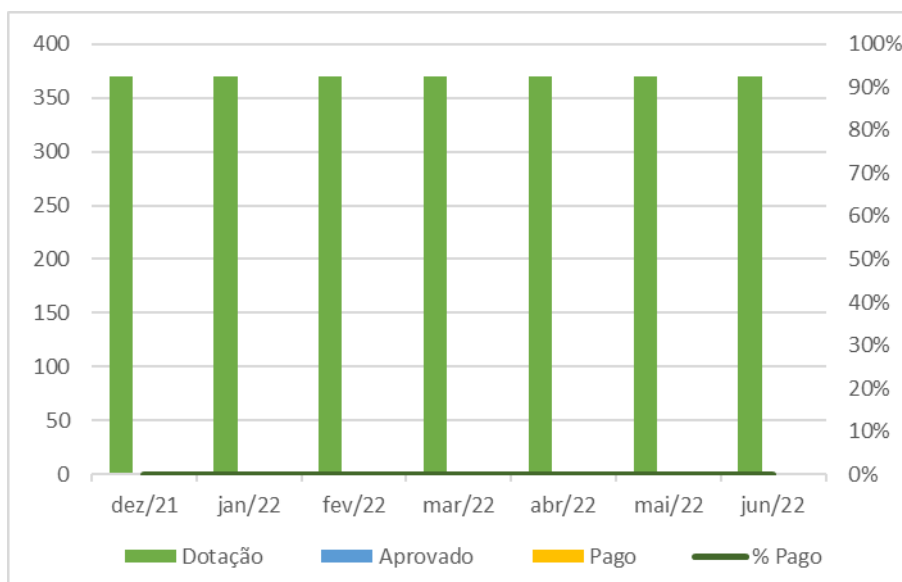


Gráfico 20 - Implementação financeira da Componente C14 no 1º semestre de 2022. Valores em milhões de euros.

A Tabela 29 apresenta o número de candidaturas submetidas até ao final do mês de junho, no Subinvestimento C14-i01.

Tabela 29 - Sumário de concretização em Subinvestimentos da Componente C14

Código	Subinvestimento	Acompanhamento
C14-i01	Hidrogénio e gases renováveis	<ul style="list-style-type: none"> Submetidas 41 candidaturas ao Aviso Convite referente ao Apoio à produção de hidrogénio renovável e outros gases renováveis.



COMPONENTE C15 | MOBILIDADE SUSTENTÁVEL

A Componente C15 “Mobilidade Sustentável” visa assegurar o desenvolvimento de projetos robustos, com forte contributo para a melhoria dos sistemas de transporte coletivo, que promovam a utilização do transporte público, com a consequente redução da dependência do transporte individual rodoviário, bem como a descarbonização do setor dos transportes, contribuindo significativamente para a recuperação dos efeitos económicos e sociais resultantes da crise pandémica, em particular ao nível do emprego.

Tanto a dotação de 967 M€ apostada na mobilidade sustentável, como o valor aprovado de 919 M€, mantiveram-se estáveis ao longo de todo o semestre, tendo o valor pago uma pequena variação dos 12% para os 13% da dotação, fixando-se a 30 de junho nos 121 M€, correspondendo nesta fase a adiantamentos.

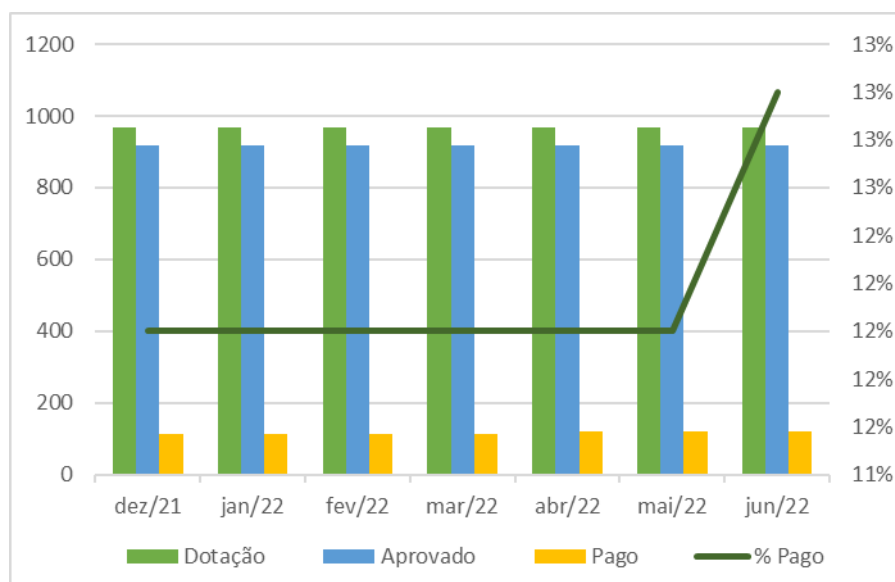


Gráfico 21 - Implementação financeira da Componente C15 no 1º semestre de 2022. Valores em milhões de euros.

A Componente terá também o contributo de uma Reforma, para a prossecução dos seus objetivos, que será levada a cabo nos transportes públicos de passageiros. A Tabela 30 e a Tabela 31 espelham uma fotografia dos avanços verificados quer na Reforma, quer em cada um dos Subinvestimentos da Componente, respetivamente.

Tabela 30 - Sumário de concretização em Reformas da Componente C15

Código	Reforma	Acompanhamento
C15-r30	Reforma ecossistema de transportes	<ul style="list-style-type: none"> • Prossegue a contratualização dos serviços de transporte públicos de passageiros nas AM e CIM, com várias autoridades de transporte com os seus sistemas de transporte público de passageiros contratualizados, tendo a maioria das autoridades de transporte obtido parecer favorável da AMT relativo aos procedimentos para a Contratualização de Serviços de Transporte Público de Passageiros.

Tabela 31 - Sumário de concretização em Subinvestimentos da Componente C15

Código	Subinvestimento	Acompanhamento
C15-i01	Expansão da Rede do Metro de Lisboa	• Estudo de Impacte Ambiental submetido a procedimento de AIA, com emissão de proposta de DIA.
C15-i02	Expansão da Rede do Metro do Porto	• Lançados 15 procedimentos de contratação pública que asseguram a aquisição, entre outros, dos serviços de elaboração dos projetos de execução da Linha Casa da Música - Santo Ovídio e projeto de execução da Ponte Sobre o Rio Douro e Acessos entre o Porto e Vila Nova de Gaia.
C15-i03	Metro Ligeiro de Superfície Odivelas-Loures	• Lançados 12 procedimentos de contratação pública, dos quais 9 com contratos celebrados, incluindo para a realização dos Estudos de Impacte Ambiental.
C15-i04	Linha BRT Boavista-Império	• Celebrado o contrato de Conceção e Construção da Linha de BRT (Bus Rapid Transit) Boavista-Império, em março de 2022, correspondendo a um marco de desembolso cumprido • Lançados 16 procedimentos de contratação pública no âmbito da linha BRT, incluindo para Fornecimento e Manutenção de Veículos BRT (Bus Rapid Transit), Infraestruturas de Produção de Hidrogénio Verde e de Energia Elétrica de Fonte Renovável.
C15-i05	Descarbonização dos Transportes	• Lançado o Aviso no âmbito do Programa de Descarbonização dos Transportes Públicos para apoio à aquisição de veículos limpos (elétricos e hidrogénio) para o transporte coletivo de passageiros das Áreas Metropolitanas de Lisboa e do Porto, incluindo 112 Postos de abastecimento de fontes de energia mais limpas para frotas de transportes públicos.



COMPONENTE C16 | EMPRESAS 4.0

A Componente C16 “Empresas 4.0”, dirigida especificamente ao reforço de digitalização das empresas, tem como objetivo recuperar o atraso relativamente ao processo de transição digital, permitindo o acesso ao conhecimento e aos meios tecnológicos digitais que promovem a modernização do trabalho e dos processos de produção; a desmaterialização dos fluxos de trabalho; a mitigação dos défices de competências na utilização das tecnologias digitais; a abrangência de forma equilibrada mulheres e homens; a incorporação de ferramentas e metodologias de teletrabalho; a criação de novos canais digitais de comercialização de produtos e serviços; a adoção de uma cultura de experimentação e inovação; o reforço do ecossistema de empreendedorismo nacional e a incorporação de tecnologias disruptivas nas suas propostas de valor das empresas.

Com a dotação de 650 M€ integralmente contratada, o valor aprovado ganhou expressão no mês de junho ao registar 113 M€.

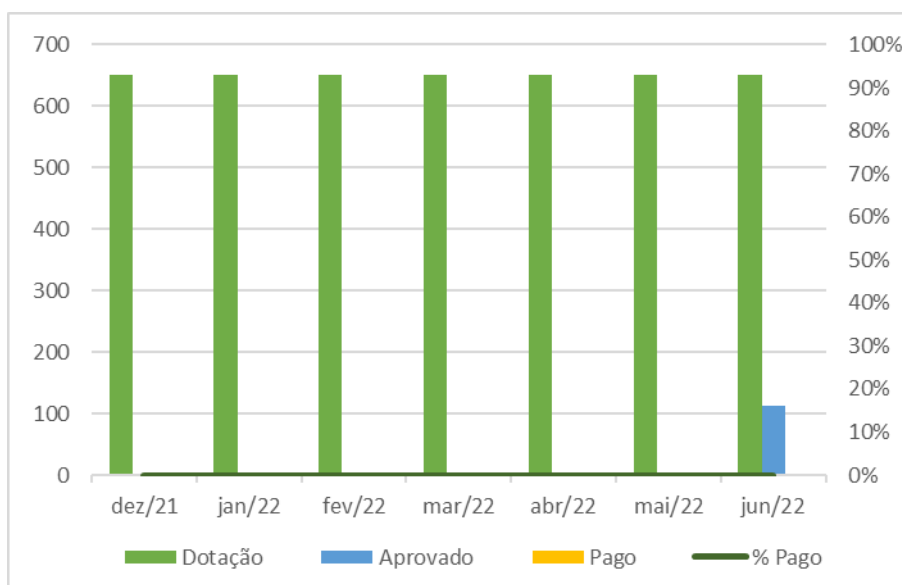


Gráfico 22 - Implementação financeira da Componente C16 no 1º semestre de 2022. Valores em milhões de euros.

Tendo ficado concluída a Reforma C16-r31 - Transição digital do tecido empresarial, com a criação de conteúdos formativos integrados no Catálogo Nacional de Qualificações, referentes especificamente a competências digitais em contexto profissional, bem como a criação do quadro jurídico e regulamentar necessário à criação de selos digitais nos domínios da cibersegurança, da privacidade, da sustentabilidade e da acessibilidade, a

Tabela 32 espelha os avanços verificados nos procedimentos de implementação dos Subinvestimentos.

Tabela 32 - Sumário de concretização em Subinvestimentos da Componente C16

Código	Subinvestimento	Acompanhamento
C16-i01	Capacitação Digital das Empresas	<ul style="list-style-type: none">• Entrada em funcionamento da plataforma da Academia Portugal Digital, encontrando-se disponível online e em que os cidadãos podem aceder a uma ferramenta de diagnóstico de competências digitais, planos de formação personalizados e cursos online.• Primeira fase do Programa Emprego + Digital 2025 em curso tendo sido envolvidas 43 entidades, mais de 700 ações de formação com perto de 20 mil formandos envolvidos.
C16-i02	Transição Digital das Empresas	<ul style="list-style-type: none">• Rececionadas 187 candidaturas para Bairros Comerciais Digitais com um investimento proposto de cerca de 250 milhões de euros.• Rececionadas 40 candidaturas para Test Beds com um investimento proposto de cerca de 150 milhões de euros.



COMPONENTE C17 | QUALIDADE E SUSTENTABILIDADE DAS FINANÇAS PÚBLICAS

A Componente C17 “Qualidade e Sustentabilidade das Finanças Públicas” tem como objetivos primordiais a modernização e simplificação da gestão financeira pública, promovendo assim uma mudança estrutural e fundamental para o aumento da qualidade e sustentabilidade das finanças públicas portuguesas.

O valor aprovado alcançou o valor da dotação total da Componente de 406 M€ no mês de janeiro. Nesse mesmo mês o valor pago passou de 45 M€ para 50 M€, representando 12% da dotação.

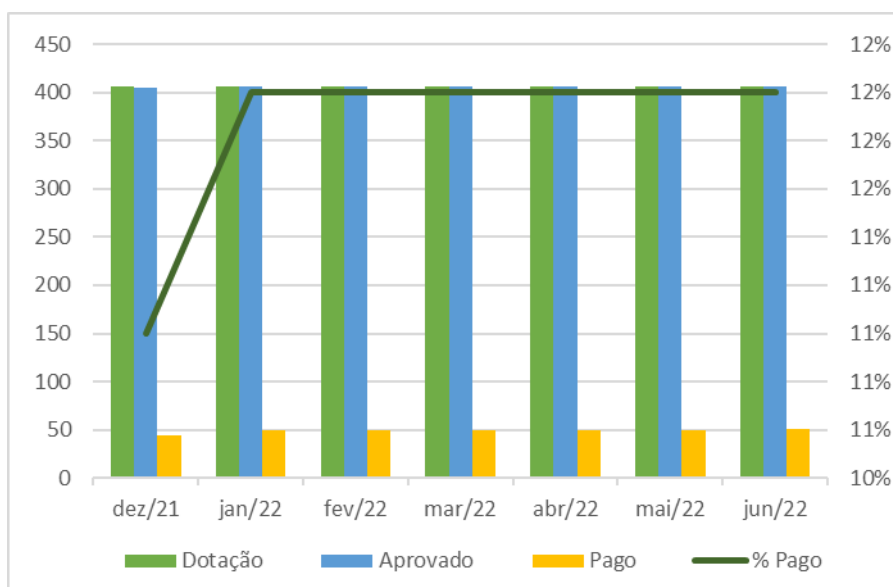


Gráfico 23 - Implementação financeira da Componente C17 no 1º semestre de 2022. Valores em milhões de euros.

Na Tabela 33 é apresentado um resumo representativo dos avanços nos processos de implementação dos Subinvestimentos.

Tabela 33 - Sumário de concretização em Subinvestimentos da Componente C17

Código	Subinvestimento	Acompanhamento
C17-i01.01	Sistemas de informação de Gestão Financeira Pública	<ul style="list-style-type: none"> Concluído o piloto de contabilização automática da Fatura Eletrónica, funcionalidade que permite, após a validação e aprovação de uma fatura, efetuar a sua contabilização automática no Sistema de Gestão de Recursos Financeiros em modo partilhado (GeRFiP).
C17-i02	Modernização da infraestrutura do sistema de informação patrimonial da Autoridade Tributária	<ul style="list-style-type: none"> Disponibilização de aplicação para pré-preenchimento da declaração Modelo 1 do Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI).
C17-i03.01	Transição digital da Segurança Social	<ul style="list-style-type: none"> Apresentação pública do programa “Clic - Plano de ação de Transformação Digital da Segurança do PRR”, assente nos seguintes pilares: Uma Segurança Social mais humana e próxima / digital e inovadora / mais eficiente e robusta. O programa inclui a implementação de 85 medidas.



COMPONENTE C18 | JUSTIÇA ECONÓMICA E AMBIENTE DE NEGÓCIOS

Uma Componente essencial da tutela dos direitos dos cidadãos e das empresas é a eficácia e a eficiência do sistema judicial, o qual influencia igualmente o ambiente de negócios. Os objetivos da Componente C18 “Justiça Económica e Ambiente de Negócios” são robustecer e tornar mais eficientes as relações dos cidadãos e empresas com o Estado, bem como reduzir os encargos e complexidades que inibem a atividade empresarial e assim impactam sobre a produtividade. Com esta Componente pretende-se a diminuição da carga administrativa e regulamentar enfrentada pelas empresas, atuando especificamente ao nível dos Licenciamentos, na área da Insolvência e nos Tribunais Administrativos e Fiscais, bem como no aumento da eficiência dos Tribunais.

Com o valor da dotação da Componente de 267 M€ totalmente contratada com os Beneficiários Diretos desde o período anterior, igualando nesta situação o valor aprovado, e o valor pago ao nível dos 13% disponíveis para adiantamento, o que representa 35 M€, os valores da implementação financeira não sofreram alterações ao longo do semestre.

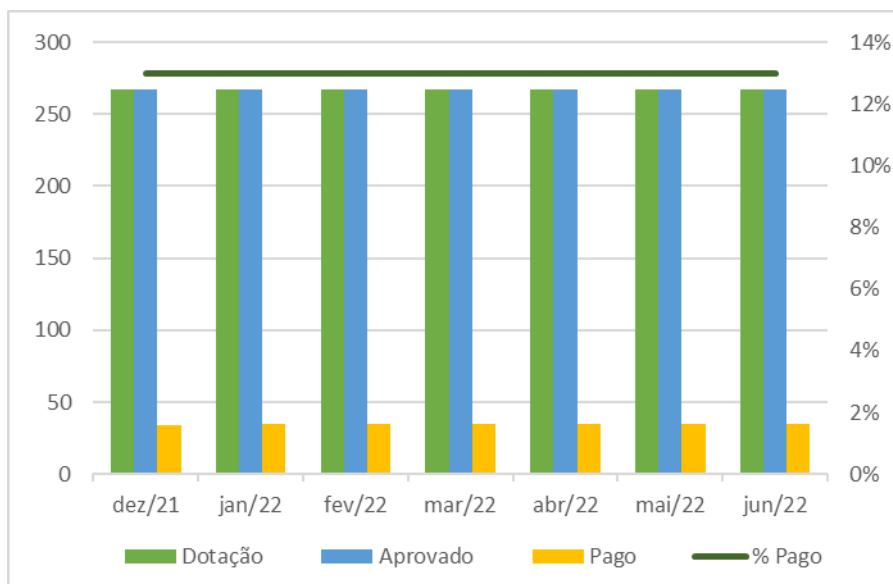


Gráfico 24 - Implementação financeira da Componente C18 no 1º semestre de 2022. Valores em milhões de euros.

A tabela seguinte resume o estado de implementação do Subinvestimento C18-i01.01.

Tabela 34 - Sumário de concretização em Subinvestimentos da Componente C18

Código	Subinvestimento	Acompanhamento
C18-i01.01	Justiça económica e ambiente de negócios/IGFEJ	<ul style="list-style-type: none"> • Disponibilizado o acesso às bases de dados públicas de Registos por Administradores de Insolvência (entretanto renomeados Administradores Judiciais). • Disponibilizados, aos tribunais de 1ª instância e unidades do Ministério Público, os novos sistemas de informação para tramitação desmaterializada do processo judicial eletrónico pelos magistrados da jurisdição comum (MAGISTRATUS) e magistrados do MP Público (MPCODEX), com as funcionalidades e componentes de pesquisa e tramitação processual. • Disponibilizado o Portal pro.tribunais.org.pt para desmaterialização das comunicações entre as autarquias e os tribunais, para acesso de informação por representantes de Autarquias, no contacto com os Tribunais Administrativos e Fiscais, para acesso ao processo judicial, submissão de peças processuais, consulta do processo e notificações. • Assegurada a desmaterialização das comunicações entre as entidades que exercem o papel de órgãos de execução fiscal - Finanças - no contacto com os Tribunais Administrativos e Fiscais para acesso ao processo judicial para submissão de peças processuais, consulta do processo e notificações, através de interoperabilidade eletrónica.



COMPONENTE C19 | ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MAIS EFICIENTE

A Componente C19 “Administração Pública Mais Eficiente” pretende providenciar um melhor serviço público, utilizando a tecnologia e reforçando a proximidade para um acesso mais simples, seguro, efetivo e eficiente de cidadãos e empresas, reduzindo custos de contexto, bem como promovendo a eficiência, a modernização, a inovação e a capacitação da Administração Pública, reforçando o contributo do Estado e da administração pública para o crescimento e desenvolvimento económico e social.

A totalidade da dotação, 578 M€, ficou plenamente contratada a partir do mês de abril, tendo o aprovado alcançado 241 M€ no final do mês de junho. O valor pago também sofreu um acréscimo, passando de 10 M€ até 30 M€.

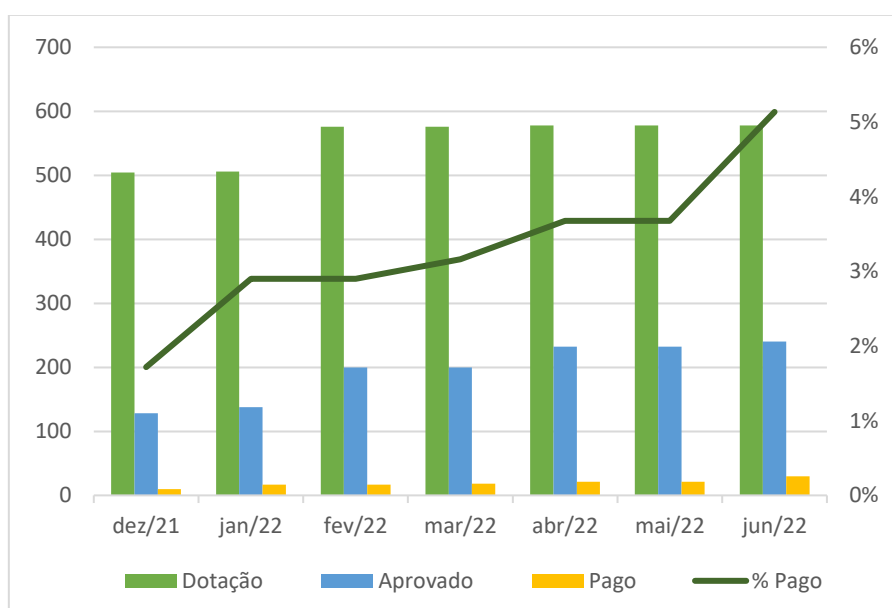


Gráfico 25 - Implementação financeira da Componente C19 no 1º semestre de 2022. Valores em milhões de euros.

A **Error! Not a valid bookmark self-reference.**, apresenta um resumo das concretizações a que se assistiu durante o semestre.

Tabela 35 - Sumário de concretização em Subinvestimentos da Componente C19

Código	Subinvestimento	Acompanhamento
C19-i07.01	Capacitação da Administração Pública - INA	• Contratados pelo INA 6 Centros Qualifica para a Administração Pública e Administração Local (FEFAL e CCDRs).
C19-i07.03	Capacitação da Administração Pública - Formação Lojas do Cidadão/ Espaços Cidadão	• Contratado o apoio de 52 milhões de euros para 6 novas Lojas do Cidadão, aprovado o equipamento de 34 Espaços Cidadão, recebidas 19 candidaturas para novas Lojas do Cidadão.
C19-i07.04	Capacitação da Administração Pública - PlanAPP	• Criação do PlanAPP – Centro de Competências de Planeamento, de Políticas e de Prospetiva da Administração Pública.

C19-i07.05	TD C19-i07.05 - Capacitação da Administração Pública - Programa de Estágios e Promoção do Teletrabalho	• Candidaturas apresentadas para mais de 2000 estágios de licenciados na administração pública • Candidaturas apresentadas para mais de 1400 postos de teletrabalho e 32 centros de cowork, com vista ao aumento do teletrabalho na administração pública.
C19-i03	Disponibilização de sistema seguro de comunicações móveis para membros do Governo que inclui voz, mensagem e vídeo (SSCM)	• Reforço do quadro geral de cibersegurança na base da confiança para a adoção dos serviços eletrónicos



COMPONENTE C20 | ESCOLA DIGITAL

No arranque dos investimentos do PRR, a garantia da acessibilidade ao ensino para todos, através dos meios digitais, ganhou o topo das prioridades. O principal objetivo da Componente C20 “Escola Digital” é criar condições para a inovação educativa e pedagógica através do desenvolvimento de competências em tecnologias digitais, da sua integração transversal nas diferentes áreas curriculares e da modernização do sistema educativo português.

Estando a dotação de 559 M€ totalmente contratada, o valor aprovado passou de 228 M€ para 494 M€, e o valor pago atingiu os 38% da dotação, ao passar de 30M€ iniciais para 210 M€.

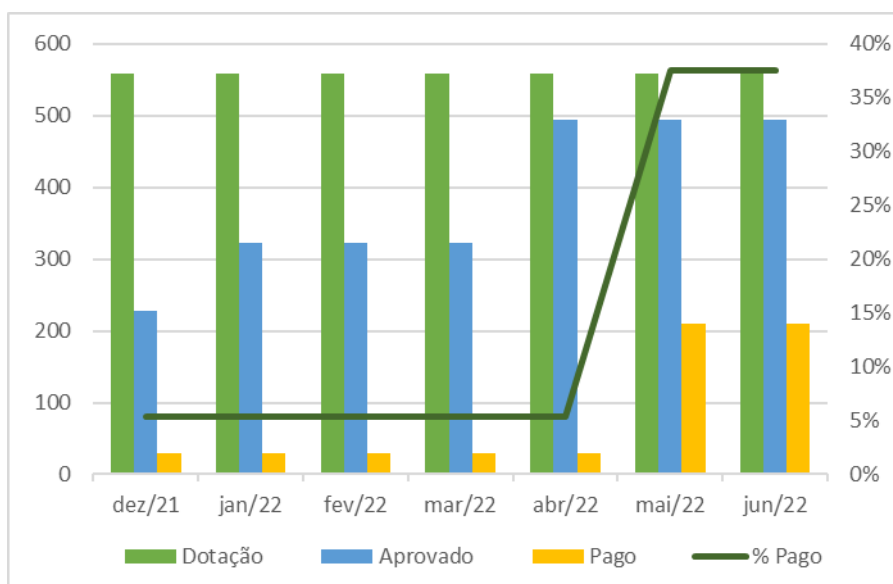


Gráfico 26 - Implementação financeira da Componente C20 no 1º semestre de 2022. Valores em milhões de euros.

Na tabela seguinte é apresentado um resumo das concretizações na Componente até junho de 2022.

Tabela 36 - Sumário de concretização em Subinvestimentos da Componente C20

Código	Subinvestimento	Acompanhamento
C20-i01.02	Transição digital na Educação	<ul style="list-style-type: none"> Colocação nas escolas básicas e secundárias de 600 mil computadores portáteis para utilização de alunos e professores. Lançamento de concurso para fornecimento e instalação de 20.000 videoprojectores nas escolas.
C20-i03-RAM	Programa de aceleração da digitalização da Educação na RAM	<ul style="list-style-type: none"> Aquisição de equipamentos digitais móveis, nomeadamente tablets e computadores portáteis, para 5.000 alunos da Região Autónoma dos Açores.

Anexo 4: Diplomas Legais associados ao cumprimento de Marcos e Metas de Reformas incluídos no 1º Pedido de Pagamento

Os principais diplomas legais associados ao cumprimento de Marcos e Metas de Reformas incluídos no 1º Pedido de Pagamento são apresentados na tabela seguinte.

Tabela 37 - Diplomas legais, Marcos e Metas de Reformas, 1º Pedido de Pagamento

Marcos e Metas	Diploma Legal
1.4 - Reforma da Saúde Mental	Decreto-Lei n.º 113/2021
2.19 - Plano Nacional de Alojamento Urgente e Temporário	Decreto-Lei n.º 26/2021; Portaria n.º 120/2021
3.20 - Estratégia Nacional de Combate à Pobreza	Resolução de Conselho de Ministros n.º 184/2021
3.21 - Estratégia Nacional para Inclusão das Pessoas com Deficiência 2021-2025	Resolução de Conselho de Ministros n.º 119/2021
3.22 - Reforma de Provisão de Equipamentos e Respostas Sociais	Decreto Lei n.º 126 A/2021
3.23 - Planos de Ação das Comunidades Desfavorecidas das Áreas Metropolitanas de Lisboa e do Porto	n.a
5.1 - Estratégia de inovação tecnológica e empresarial Portugal 2030	Resolução do Conselho de Ministros n.º 186/2021
5.2 - Alargamento da Rede de Laboratórios Colaborativos Reconhecidos	
5.3 - Novo Regime Jurídico dos Centros de Tecnologia e Inovação	Decreto-Lei n.º 126-B/2021
5.4 - Agenda de investigação e inovação para a sustentabilidade da agricultura, alimentação e agroindústria	Resolução de Conselho de Ministros n.º 86/2020
5.23 - Regulamento que estabelece a atividade e estatutos do Banco Português de Fomento	Decreto-Lei n.º 63/2020
6.13 - Concursos especiais de admissão ao Ensino Superior	Decreto-Lei n.º 11/2020
6.14 - Novo Quadro Legal para Cooperação entre Instituições de Ensino Superior e a Administração Pública e Empresas	Decreto-Lei n.º 27/2021
8.17 - Arrendamento Forçado de Prédios Rústicos em Áreas Florestais	Decreto-Lei n.º 52/2021
8.19 - Sistema de Gestão de Informação de Incêndios Florestais (SGIFR)	Decreto-Lei n.º 82/2021
10.1 - Reforço da Capacidade de Financiamento à Economia do Mar e Inovação através do Fundo Azul	Decreto-Lei n.º 123/2021; Resolução do Conselho de Ministros n.º 182/2021; Despacho n.º 12495/2021
12.5 - Regime Geral de Gestão de Resíduos	Decreto-Lei n.º 102-D/2020
14.1 - Regulamentos da Rede Nacional de Transporte e de Distribuição de Gás	Decreto-Lei n.º 62/2020; Despacho n.º 806-B/2022; Despacho n.º 806-C/2022
17.6 - Novo Modelo de Contrato de Gestão com Sistema de Incentivos e Penalizações à Gestão das Empresas Públicas	Portaria n.º 317-A/2021
19.22 - Quadro jurídico para a Transformação Digital da Administração Pública	Decreto-Lei n.º 65/2001 e Resolução do Conselho de Ministros n.º 131/2021
19.24 - Criação do Instituto Nacional de Administração, I.P.	Decreto-Lei n.º 19/2021

Índices de Tabelas, Gráficos e Figuras

Índice de Tabelas

Tabela 1 - Dotação lançada em Avisos de Abertura de Candidaturas e Procedimentos de Contratação Pública por Dimensão, a 30 de junho de 2022. Valores em milhões de euros. ...	8
Tabela 2 - Dotação lançada em Avisos de Candidaturas e Procedimentos de Contratação Pública por Componente, a 30 de junho de 2022. Valores em milhões de euros.	9
Tabela 3 - Implementação Financeira por Dimensão Estruturante, a 30 de junho de 2022. Valores em milhões de euros.	11
Tabela 4 - Aprovações e Pagamentos por Componente, a 30 de junho de 2022. Valores em milhões de euros.	11
Tabela 5 - Aprovações e Pagamentos por NUTS II, a 30 de junho de 2022. Valores em milhões de euros.	13
Tabela 6 - Aprovações e Pagamentos por NUTS III, a 30 de junho de 2022. Valores em milhares de euros.	13
Tabela 7 - Aprovações e Pagamentos por distrito, a 30 de junho de 2022. Valores em milhares de euros.	14
Tabela 8 - Aprovações e Pagamentos por Beneficiário, Direto ou Final, a 30 de junho de 2022. Valores em milhões de euros.....	15
Tabela 9 - Valores dos Indicadores Comuns em 30/12/2021 e 30/06/2022	18
Tabela 10 - Implementação Financeira por Dimensão Estruturante, Beneficiários Diretos, a 30 de junho de 2022. Valores em milhões de euros.....	20
Tabela 11 - Implementação Financeira por Dimensão Estruturante, Beneficiários Finais, a 30 de junho de 2022. Valores em milhões de euros.	20
Tabela 12 - Montantes aprovados e pagos a Beneficiários Diretos e Finais a 30 de junho de 2022. Valores em milhões de euros.....	20
Tabela 13 - Montantes aprovados e pagos a Beneficiários Diretos e Finais a 30 de junho de 2022. Valores em milhares de euros.	24
Tabela 14 - Sumário de concretizações em Subinvestimentos da Componente C01	33
Tabela 15 - Sumário de concretização em Subinvestimentos da Componente C02	34
Tabela 16 - Sumário de concretização em Subinvestimentos da Componente C03	35
Tabela 17 - Sumário de concretização em Subinvestimentos da Componente C04	38
Tabela 18 - Sumário de concretização em Subinvestimentos da Componente C05	40
Tabela 19 - Sumário de concretização em Subinvestimentos da Componente C06	42
Tabela 20 - Sumário de concretização em Subinvestimentos da Componente C07	44
Tabela 21 - Sumário de concretização em Reformas da Componente C08.....	46
Tabela 22 - Sumário de concretização em Subinvestimentos da Componente C08	46
Tabela 23 - Sumário de concretização em Subinvestimentos da Componente C09	48
Tabela 24 - Sumário de concretização em Subinvestimentos da Componente C10	50
Tabela 25 - Sumário de concretização no Subinvestimento da Componente C011	51
Tabela 26 - Sumário de concretização na Reforma da Componente C12	52
Tabela 27 - Sumário de concretização em Subinvestimentos da Componente C12	53
Tabela 28 - Sumário de concretização em Subinvestimentos da Componente C13	54
Tabela 29 - Sumário de concretização em Subinvestimentos da Componente C14	55

Tabela 30 - Sumário de concretização em Reformas da Componente C15.....	56
Tabela 31 - Sumário de concretização em Subinvestimentos da Componente C15.....	57
Tabela 32 - Sumário de concretização em Subinvestimentos da Componente C16.....	59
Tabela 33 - Sumário de concretização em Subinvestimentos da Componente C17.....	60
Tabela 34 - Sumário de concretização em Subinvestimentos da Componente C18.....	62
Tabela 35 - Sumário de concretização em Subinvestimentos da Componente C19.....	63
Tabela 36 - Sumário de concretização em Subinvestimentos da Componente C20.....	65
Tabela 37 - Diplomas legais, Marcos e Metas de Reformas, 1º Pedido de Pagamento.....	66

Índice de Gráficos

Gráfico 1 - Dotação acumulada de Avisos de Abertura de Candidaturas e Procedimentos de Contratação Pública no 1º semestre de 2022. Valores em milhões de euros.....	8
Gráfico 2 - Implementação Financeira do PRR no 1º semestre de 2022. Valores em milhões de euros.....	10
Gráfico 3 - Implementação Financeira por Dimensão Estruturante, a 30 de junho de 2022. Valores em milhões de euros.....	11
Gráfico 4 - Implementação Financeira por Componente, a 30 de junho de 2022. Valores em milhões de euros.....	12
Gráfico 5 - Valores aprovados e pagos por tipo de Beneficiário, Direto ou Final, até 30 de junho de 2022. Valores em milhões de euros.....	16
Gráfico 6 - Recebimentos da União Europeia e Pagamentos a Beneficiários Diretos, Intermediários e Finais, até 30 de junho de 2022. Valores em milhões de euros.....	17
Gráfico 7 - Implementação financeira da Componente C01 no 1º semestre de 2022. Valores em milhões de euros.....	32
Gráfico 8 - Implementação financeira da Componente C02 no 1º semestre de 2022. Valores em milhões de euros.....	34
Gráfico 9 - Implementação financeira da Componente C03 no 1º semestre de 2022. Valores em milhões de euros.....	35
Gráfico 10 - Implementação financeira da Componente C04 no 1º semestre de 2022. Valores em milhões de euros.....	37
Gráfico 11 - Implementação financeira da Componente C05 no 1º semestre de 2022. Valores em milhões de euros.....	39
Gráfico 12 - Implementação financeira da Componente C06 no 1º semestre de 2022. Valores em milhões de euros.....	41
Gráfico 13 - Implementação financeira da Componente C07 no 1º semestre de 2022. Valores em milhões de euros.....	43
Gráfico 14 - Implementação financeira da Componente C08 no 1º semestre de 2022. Valores em milhões de euros.....	45
Gráfico 15 - Implementação financeira da Componente C09 no 1º semestre de 2022. Valores em milhões de euros.....	47
Gráfico 16 - Implementação financeira da Componente C10 no 1º semestre de 2022. Valores em milhões de euros.....	49
Gráfico 17 - Implementação financeira da Componente C11 no 1º semestre de 2022. Valores em milhões de euros.....	51

Gráfico 18 - Implementação financeira da Componente C12 no 1º semestre de 2022. Valores em milhões de euros.	52
Gráfico 19 - Implementação financeira da Componente C13 no 1º semestre de 2022. Valores em milhões de euros.	54
Gráfico 20 - Implementação financeira da Componente C14 no 1º semestre de 2022. Valores em milhões de euros.	55
Gráfico 21 - Implementação financeira da Componente C15 no 1º semestre de 2022. Valores em milhões de euros.	56
Gráfico 22 - Implementação financeira da Componente C16 no 1º semestre de 2022. Valores em milhões de euros.	58
Gráfico 23 - Implementação financeira da Componente C17 no 1º semestre de 2022. Valores em milhões de euros.	60
Gráfico 24 - Implementação financeira da Componente C18 no 1º semestre de 2022. Valores em milhões de euros.	61
Gráfico 25 - Implementação financeira da Componente C19 no 1º semestre de 2022. Valores em milhões de euros.	63
Gráfico 26 - Implementação financeira da Componente C20 no 1º semestre de 2022. Valores em milhões de euros.	65

Índice de Figuras

Figura 1 - Principais informações relativas ao 1º Pedido de Pagamento do PRR	5
Figura 2 - Distribuição por Componente dos Marcos e Metas do 1º Pedido de Pagamento	Error! Bookmark not defined.